



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

JESSÉ GOMES FERREIRA

RELEITURAS DE CELSO FURTADO: BRASIL (2001-2012)

NATAL-RN
2015

JESSÉ GOMES FERREIRA

RELEITURAS DE CELSO FURTADO: BRASIL (2001-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Dr. William Eufrásio Nunes Pereira

Co-orientador: Dr. Francisco do O' de Lima Júnior

NATAL-RN

2015

JESSÉ GOMES FERREIRA

RELEITURAS DE CELSO FURTADO: O CASO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Natal, 02 de fevereiro de 2015

Banca Examinadora

Prof. Dr. William Eufrásio Nunes Pereira - UFRN

Profa. Dra. Maria do Livramento Miranda Clementino - UFRN

Prof. Dr. Francisco do O' de Lima Júnior - URCA

“É indispensável não esquecer que uma teoria só se justifica quando nos arma para conhecer a realidade e atuar sobre ela”

(Celso Furtado)

AGRADECIMENTOS

Em meio à rotina de nossas vidas, esquecemo-nos de agradecer a Deus e às pessoas pelos pequenos e constantes milagres da saúde, do alimento, do aprendizado, da amizade, do amor.....enfim, agradecer por sermos quem somos e termos a vida que temos!

A minha história como mestrando é uma dessas boas e longas histórias de se ouvir. Divide-se fundamentalmente em duas etapas: uma pré e outra pós CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. O sonho da docência me introduziu nesse universo acadêmico ao dar continuidade aos estudos imediatamente após a conclusão da graduação, mas algumas angústias e incertezas de futuro, em meio à dúvida entre ir adiante ou não, me separaram brevemente deste sonho para viver uma nova experiência, a CAIXA. Deus tem projetos para nós que desconhecemos e por isso é natural a dúvida e o medo do novo, e mesmo diante de ambos, eu fui. E eis que em meio às curvas imprevisíveis da estrada da vida tive a oportunidade de regressar à UFRN para concluir esta etapa que havia ficado pelo caminho.

Devo agradecer muito a Deus por ter me proporcionado estas experiências e ter colocado pessoas maravilhosas junto a mim ao longo deste período. Como não agradecer à Nivânia e a Danilo, uma amizade forte que se forjou na convivência e na partilha das angústias e desafios das disciplinas de Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos. Uma amizade despretensiosa e que racionalmente não tinha muito sentido, afinal, éramos somente colegas distantes, pessoas tão diferentes, em comum somente o grupo de estudos e uma palavra ou outra trocado com o Danilo em poucas reuniões do Centro Acadêmico ao qual ele também pertencia. Destarte, em meio a nossas diferenças, construímos semelhanças que nos ajudaram a suportar o fardo da distância dos que amávamos e dos desafios impostos a nosso limitado saber.

A experiência em Icó me fez crescer como pessoa e em responsabilidade. Fez-me ver como a vida é frágil, em um instante você está ali e com um simples sopro você se vai, vi dois colegas de trabalho, dois jovens cheios de vida e de juventude partir. Justamente quando pareciam que ainda tinham tanto por fazer, mas deixaram as lembranças do convívio, Pedrosinha e

Robson, *in memoriam*. Apresentou-me muitos amigos, bem mais do que podia imaginar, uma acolhida excepcional tive em Icó, descobri que as pessoas podem se sentir felizes e comemorar unicamente a presença de outra e, trouxe-me também, Joyce, uma menina-mulher que me fez um bem que nem ela imagina e que me ensinou que uma relação amorosa se constrói em meio a muitas divergências de opiniões e de hábitos, mas, que se costuram pelo desejo de estar juntos, de acreditar que as qualidades são superiores aos defeitos e que vale a pena tentar seguir em frente, mesmo quando as circunstâncias apresentam o desistir como única opção. Certamente não foi fácil convencê-la e ela a si mesma, sobre a necessidade de precisar me afastar por um ano para a conclusão do mestrado. Obrigado pela paciência e persistência em nossa relação.

O regresso à UFRN foi quase como uma primeira vez, abrindo um novo leque de muitas perguntas e anseios de futuro. E como da primeira vez, colocando pessoas especiais em minha vida, Marília e Patieene. Os momentos de risos e distrações nos ajudaram a tornar mais leve o peso da responsabilidade das disciplinas e da construção da dissertação e, o afincamento de qualquer um de nós com os estudos, logo contagiava os outros a se empenhar ainda mais. Aos muitos colegas das disciplinas que cursei...meu muito obrigado pelo aprendizado; tantos em termos de conhecimento como também de humanidade.

Aos professores João Matos, Maria do Livramento, William Eufrásio, Janaína Alves, Jorge Mariano, André Marques e André Lourenço, que em suas disciplinas me ensinaram que o saber é inesgotável e apaixonante, que as leituras constantes são necessárias e paradoxais, pois o aprendizado cada vez mais crescente nos mostra que nosso saber é cada vez menor em termos relativos e que ainda há tanto a aprender; que a resposta a uma pergunta nos traz outras muitas em seu lugar.

Às bolsas REUNI e CAPES por contribuir para a existência desses dois momentos em que pude conhecer a UFRN, que me presenteou não somente com tudo isto que já falei, mas também, com a oportunidade de participar de inúmeros eventos acadêmicos das mais distintas áreas, pois, entendo que o conhecimento não se restringe a uma única área e, que as diversas contribuem para alargar meus horizontes, meu muito obrigado!

Agradeço aos professores Denílson da Silva Araújo e Maria do Livramento Miranda Clementino, membros de minha banca de qualificação, pelas sugestões de melhoria ao trabalho.

Agradeço aos meus orientadores, William Eufrásio Nunes Pereira e Francisco do O' de Lima Júnior, por pacientemente sanar minhas dúvidas e me conduzirem pelo caminho adequado à construção deste trabalho, por me incentivarem sempre em busca de aumentar meu conhecimento.

E por fim, gostaria de agradecer à minha família, em especial aos meus pais, que não mediram esforços para que ao longo de minha vida, eu pudesse seguir pelos caminhos que acreditei como melhores, estando sempre prontos para me apoiarem e vendo sempre o melhor em mim; acreditando em mim, quando nem eu mesmo acreditava.

RESUMO

Em busca de explicar as causas que conduzem ao desenvolvimento e no intento de compreendê-lo, alguns economistas se organizaram em torno de ideias centrais, culminando, pois, na elaboração de teorias econômicas. O conhecimento acumulado ao longo dos trabalhos desenvolvidos por estes estudiosos vai contribuir de maneira significativa na formação do pensamento de Celso Monteiro Furtado. Furtado desenvolveu inúmeros trabalhos tentando compreender a dinâmica das estruturas subdesenvolvidas, quais as suas características elementares e quais os principais fatores responsáveis pela perpetuação do *status quo* dessas estruturas. Partindo do questionamento “O que permanece de características de subdesenvolvimento no Brasil à luz do pensamento de Celso Furtado?”, o presente trabalho se norteia pela hipótese de que o Brasil não sofreu entre os anos 2001 e 2012, mudanças estruturais significativas a ponto de poder classificá-lo como um país desenvolvido. Tem-se para o presente trabalho como objetivo geral, analisar os elementos de subdesenvolvimento que perduram no Brasil à luz do pensamento de Furtado. E como específicos, caracterizar o desenvolvimento econômico, a partir do estudo das escolas clássica, marxista, neoclássica, kaleckiana, keynesiana e cepalina do pensamento econômico; descrever o subdesenvolvimento econômico à luz das ideias de Celso Furtado; e, por fim, avaliar a partir da epistemologia particular do pensamento de Furtado a realidade socioeconômica brasileira, com ênfase na análise dos elementos de subdesenvolvimento. Para alcançar seus propósitos, a presente pesquisa utilizará o método histórico indutivo no intuito de compreender as interpretações do desenvolvimento ao longo do tempo e também como elementos particulares conduzem a uma visão do todo, para aí observar a realidade brasileira. Foi possível constatar que ainda que tenham ocorrido importantes avanços em alguns setores, o país mantém uma significativa heterogeneidade estrutural. Daí a relevância da contribuição de Furtado para entender o subdesenvolvimento econômico, pois, ele ainda é uma constante em nossa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Celso Furtado, Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Brasil.

ABSTRACT

Seeking to explain the causes leading to the development and attempt to understand it, some economists were organized around central ideas, culminating therefore in the development of economic theories. The knowledge accumulated over the work by these scholars will make a significant contribution in shaping the thinking of Celso Monteiro Furtado. Furtado developed numerous studies trying to understand the dynamics of underdeveloped structures, what their basic characteristics and the main factors responsible for the perpetuation of the status quo of these structures. Starting from the question "What remains of underdevelopment characteristics in Brazil in the light of the thought of Celso Furtado?", This work is guided by the hypothesis that Brazil has not suffered between 2001 and 2012, significant structural changes that it could classify it as a developed country. It has been for this work as a general objective to analyze the underdevelopment of elements that persist in Brazil in the light of the thought of Furtado. And as specific, characterize economic development, from the study of the classical schools, Marxist, neoclassical, Kaleckian, Keynesian and ECLAC of economic thought; describe the economic underdevelopment in light of Celso Furtado ideas; and, finally, evaluate from the particular epistemology of thought Furtado Brazilian economic reality, with emphasis on the analysis of underdevelopment elements. It was found that although there have been important advances in some sectors, the country maintains a significant structural heterogeneity. Hence the relevance of Furtado's contribution to understanding the economic underdevelopment, because he is still a constant in our reality.

KEYWORDS: Celso Furtado, Development, Underdevelopment, Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria.....	41
Quadro 02. América Latina: síntese da formulação estruturalista original	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Valor das exportações brasileiras (FOB) para o período 2001-2012 em US\$ (milhões).....	69
Tabela 02. Exportações brasileiras (FOB) por fator agregado para o período de 2001-2012, valor em US\$(milhões).....	71
Tabela 03. Valor das importações brasileiras (FOB) para o período 2001-2012, em US\$(milhões).....	71
Tabela 04. Balança comercial brasileira (FOB) e Saldo em Transações Correntes para o período de 2001-2012, em US\$(milhões).....	72
Tabela 05. Dívida Externa em US\$ (milhões) e Dívida Pública Total em percentual do PIB para o período de 2001-2012.....	73
Tabela 06. Reservas internacionais – liquidez internacional – para o período 2001-2012, em US\$(milhões).....	74
Tabela 07. Taxa de poupança para o período 2001-2012, em (%) do PIB	75
Tabela 08. Variação real anual do PIB para o período 2001-2012, em (%).....	76
Tabela 09. Dispêndios nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de países selecionados, 2001-2012, em (%).....	78
Tabela 10. Pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao Escritório Americano de Marcas e Patentes (USPTO, na sigla em inglês) de países selecionados, 2001-2012	78
Tabela 11. População ocupada – pessoa (mil) e taxa de desemprego em (%) para o período 2001-2012.....	79
Tabela 12. Número de pessoas em extrema miséria para o período 2001-2012	80
Tabela 13. Índice de GINI para o período de 2001-2012	81

Tabela 14. Porcentagem mais pobre da população com renda total igual a do 1% mais rico para o período de 2001-2012	82
Tabela 15. Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres para o período de 2001-2012.....	83
Tabela 16. Variação do Salário Mínimo para o período de 2001-2012, valor em (%).....	84
Tabela 17. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado de janeiro a dezembro para cada ano, para o período de 2001-2012, valor em (%).....	84
Tabela 18. População residente por região – estimativa- 1º de julho, para o período de 2001-2012.....	87
Tabela 19. PIB a preços constantes por região – R\$ de 2010 (mil), para o período de 2001-2012.....	87
Tabela 20. PIB a preços constantes – R\$ de 2010 (mil) e população para o estado de São Paulo para o período de 2001-2012.....	88
Tabela 21. Déficit habitacional geral para o período de 2001 a 2012	89
Tabela 22. Analfabetismo- Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples, IDH brasileiro e posição do Brasil entre os países avaliados, para o período de 2001-2012.....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1 – DESENVOLVIMENTO SEGUNDO O PENSAMENTO CLÁSSICO, MARXISTA, NEOCLÁSSICO, KALECKIANO, KEYNESIANO E CEPALINO	18
1.1 ESCOLA CLÁSSICA	18
1.2 ESCOLA MARXISTA	27
1.3 ESCOLA NEOCLÁSSICA	32
1.4 ESCOLA KALECKIANA E KEYNESIANA	34
1.5 ESCOLA CEPALINA	40
CAPITULO 2 – O SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO À LUZ DO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO	47
2.1 A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE FURTADO	47
2.2 FURTADO E A COMPREENSÃO DAS ESTRUTURAS SUBDESENVOLVIDAS.....	50
CAPITULO 3 – A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA (2001-2012)	68
1.1 A REALIDADE ECONÔMICA DO BRASIL.....	68
1.2 A REALIDADE SOCIAL DO BRASIL	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

Os temas e discussões acerca do desenvolvimento econômico ressurgiram com mais vigor nos debates contemporâneos acerca das problemáticas da Ciência Econômica. Tal recorrência é também uma implicação diante do não atendimento das propostas defendidas por diversas teorias econômicas predominantes no macro paradigma de regulação vigente, adotadas visando alcançar maior crescimento econômico e, quiçá, o desenvolvimento, as quais se apregoam como capazes de elevar o bem estar de toda a sociedade. O contexto concreto prevalecente se mostra na contramão, pois, se verifica o acúmulo de diversos problemas socioeconômicos, que decorrem da incapacidade de tais propostas para alcançar esse objetivo de melhoria das condições de vida.

Todavia, esse retorno se dá em volta da proposta de elaboração de um modelo de desenvolvimento que venha a ser implementado com sucesso e se revele equitativo no tocante ao seu alcance junto à sociedade. Com os modelos que imperam, significativa parcela da população fica à margem dos frutos proporcionados pelo crescimento econômico. O desenvolvimento, que se deve traduzir na melhoria das condições de vida para toda a população, não é o que se verifica nesse contexto. A incorporação limitada das massas populacionais se manifesta na forma de diversos problemas sociais e econômicos, tais como, desemprego, ausência de saneamento, moradias precárias, desabrigados, entre outros.

Compreender o desenvolvimento econômico não constitui uma tarefa fácil. Durante bastante tempo discutiu-se sobre o seu significado e sobre quais as características que uma nação necessitaria apresentar para que seja caracterizada como desenvolvida. Nos momentos de crises econômicas, como, por exemplo, a ocorrida no ano de 2008, que teve impacto global, ainda que com intensidades distintas, esse debate se faz mais frequente, pois em decorrência das crises, as classes menos favorecidas e mais vulneráveis são as que mais sofrem com o processo, ampliando o contingente de indigentes e agravando os problemas sociais, pressionando assim os líderes políticos por soluções para esses e outros problemas que daí decorrem.

Os modelos preconizados no pensamento econômico mais tradicional (clássicos, neoclássicos, etc.) privilegiaram o crescimento econômico sem se preocupar adequadamente com a forma em que este se daria. Confundia-se nesta fase inicial, crescimento econômico com desenvolvimento econômico. A simples análise da variação do produto da economia de um país ou de sua renda *per capita* seria suficiente para classificá-lo como nação desenvolvida ou não (FURTADO, 2000).

A solução do problema do baixo crescimento da economia por meio de um crescimento acelerado fez surgir outros problemas intrínsecos ao novo cenário, principalmente de ordem social (FURTADO, 2008a). Verifica-se que, ainda que apresentem consistentes crescimentos econômicos, diversos problemas sociais que algumas nações enfrentam não lhes permitem ser classificadas como desenvolvidas. Ainda que no momento presente essa discussão acerca da distinção entre crescimento e desenvolvimento esteja superada, somente há pouco tempo se passou a admitir que o crescimento econômico, seria uma condição necessária, porém não suficiente para se alcançar o desenvolvimento. Não se trataria mais da utilização única da ótica dos indicadores econômicos como norteadores desta análise, mas também, se levariam em conta os indicadores sociais e a realidade estrutural que por eles era traduzida para melhor apreender o significado do termo desenvolvimento.

Com o fim da Guerra Fria, prevaleceu definitivamente a hegemonia do sistema capitalista, tornando-se mais evidentes os contrastes entre os próprios países capitalistas. A partir deste momento, fica de lado a bipolaridade, capitalismo e comunismo e, o que passa a chamar a atenção, com mais rigor, é a divisão dos países do globo terrestre entre países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre centro e periferia.

Durante muito tempo dominou no debate econômico a crença de que o subdesenvolvimento seria apenas uma etapa do processo de evolução das economias mundiais até se alcançar o desenvolvimento; etapa esta, pela qual todas as economias deveriam necessariamente passar. Algumas nações avançariam em ritmo mais lento e outras em ritmo mais intenso, mas todas em direção ao desenvolvimento, seguindo a linha de Rostow¹.

¹ Walt Whitman Rostow foi um economista americano que considerava que o crescimento econômico aconteceria de maneira gradual, ou seja, por meio de etapas sucessivas, as quais

Hoje, prevalecem neste debate as ideias defendidas por aqueles que interpretam o subdesenvolvimento como um subproduto do próprio sistema capitalista (FURTADO, 2009b; OLIVEIRA, 2003; SANTOS, 2007; CARDOSO e FALLETO, 1981; MARINI, 2005). O subdesenvolvimento passa então a ser visto como uma condição necessária à qual devem se submeter algumas economias para darem sustentação ao desenvolvimento de outras, que em grande parte estão nesta privilegiada posição graças à exploração das riquezas de outros países, reforçando o círculo vicioso² em que alguns enriquecem e permanecem ricos em decorrência do empobrecimento cada vez maior de países possuidores de uma economia já debilitada. Em outras palavras, a economia desenvolvida se fortalece devido à absorção das riquezas da economia subdesenvolvida. Diante deste fato é que surgem inúmeras críticas à situação em que se encontram diversos países que são enquadrados como subdesenvolvidos.

Destarte, ao observar o fluxo da História, constata-se que algumas poucas nações, as quais no passado eram “atrasadas” economicamente, conseguiram ao longo do tempo transformar suas estruturas e se tornarem nações “avançadas”. Entretanto, ínfimas ainda são as que se enquadram neste grupo e a despeito de serem poucas, procurou-se generalizar esta situação como sendo aplicada a todos os países não desenvolvidos. Difundiu-se a ideia de que era possível a todas as nações se tornarem desenvolvidas. Acreditando nesta lógica, diversos governos e suas populações empreenderam inúmeros esforços e sacrifícios visando alcançar em um momento posterior melhores condições de bem-estar. Esta lógica vai ser questionada por vários autores, entre eles Furtado (2001b, pp. 88-89), o qual afirmou que “a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável”.

Admite-se para o presente trabalho a noção de que o desenvolvimento não deve ser associado, tão somente, a uma completa homogeneização das estruturas socioeconômicas, mas também, a uma situação de pequenas

para ele seriam cinco: sociedade tradicional, condições para o arranco, o arranco, a maturidade e o consumo de massa. Para mais informações ver Rostow (1961).

² Nurkse a partir de uma análise das dotações de capital analisa os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Importante categoria utilizada por ele foi a de círculo vicioso da pobreza, segundo a qual “um país é pobre porque é pobre” (NURKSE, 1957, p.8). Myrdal (1968) observou que o círculo vicioso da pobreza poderia ser rompido mediante um conjunto de políticas planejadas.

diferenças entre essas. Acontece, porém, que no mais das vezes, estas estruturas socioeconômicas se apresentam com destoantes heterogeneidades, o que impede sua classificação como desenvolvidas. Ademais, ainda que o foco de análise do presente trabalho se configure a partir do estudo de uma nação como um todo, considera-se importante deixar explícito que é possível encontrar essa dualidade (desenvolvimento e subdesenvolvimento) dentro de um mesmo território, dentro de um mesmo país. Essa é uma dentre as tantas manifestações de heterogeneidade que se pode identificar nos espaços. Deve-se deduzir por analogia que ao se tratar de nação desenvolvida faz-se referência a uma estrutura minimamente desigual em seus espaços e em sua sociedade.

Em busca de explicar as causas que conduzem ao desenvolvimento e no intento de compreendê-lo, alguns economistas se organizaram em torno de ideias centrais, culminando, na elaboração de teorias econômicas. Embora, algumas dentre estas teorias possuam elementos em comum ou ainda que diverjam radicalmente, procuram interpretar o referido fenômeno partindo dos pressupostos elementares que norteiam cada uma dentre estas correntes teóricas.

Dentre os estudiosos acerca do referido tema, este trabalho explora o pensamento do economista paraibano Celso Monteiro Furtado. Furtado desenvolveu inúmeros trabalhos tentando compreender a dinâmica das estruturas subdesenvolvidas, quais as suas características elementares e quais os principais fatores responsáveis pela perpetuação do *status quo* dessas estruturas. Assim, buscava acima de tudo contribuir para o conhecimento profundo acerca do tema para subsidiar ações políticas que visassem corrigir as estruturas desses países no intento de proporcionar aos cidadãos uma melhor condição de vida, daí resultando um país mais justo e igualitário para todos.

Furtado (1958; 1968; 1999; 2001a; 2008c) analisou em pormenores a realidade econômica brasileira desde a sua origem até a modernidade. E após várias décadas aprofundando o saber sobre esta realidade e apontando caminhos para a superação da condição subdesenvolvida, mesmo com todas as suas contribuições, as transformações não ocorreram na mesma dimensão e velocidade que almejava.

Partindo do questionamento “O que permanece de características de subdesenvolvimento no Brasil à luz do pensamento de Celso Furtado?”, o presente trabalho se norteia pela hipótese de que o Brasil não sofreu entre os anos 2001 e 2012, mudanças estruturais significativas a ponto de poder classificá-lo como um país desenvolvido. Problemas que Celso Furtado já apontara no passado como responsáveis pelo atraso socioeconômico brasileiro e que eram reflexo do mesmo, ainda no presente, não foram sanados, embora se faça necessário reconhecer que avanços ocorreram em algumas áreas, mas, ainda persiste o Brasil como um país subdesenvolvido, dadas características como, por exemplo, a elevada concentração de renda e a expressiva desigualdade regional.

Tem-se para o presente trabalho como objetivo geral, analisar os elementos de subdesenvolvimento que perduram no Brasil à luz do pensamento de Furtado. E como específicos, caracterizar o desenvolvimento econômico, a partir do estudo das escolas clássica, marxista, neoclássica, kaleckiana, keynesiana e cepalina do pensamento econômico; descrever o subdesenvolvimento econômico à luz das ideias de Celso Furtado; e, por fim, avaliar a partir da epistemologia particular do pensamento de Furtado a realidade socioeconômica brasileira, com ênfase na análise dos elementos de subdesenvolvimento.

Este pensamento deve permanecer à tona no debate sobre a realidade do Brasil, visando conduzir à superação dessas estruturas de atraso (elevada concentração de renda, expressiva desigualdade regional, grande massa de analfabetos e de miseráveis, etc.) que, mesmo após tanto tempo, ainda persistem. Refletindo-se não somente em indicadores econômicos, mas também, nos contrastes sociais, rural e urbano-espaciais que revelam um cenário no qual poucos usufruem de um padrão de vida satisfatório e uma grande parcela da população vive em situações degradantes da condição humana.

Para alcançar seus propósitos, a presente pesquisa utilizará o método histórico indutivo no intuito de compreender as interpretações do desenvolvimento ao longo do tempo e também como elementos particulares conduzem a uma visão do todo, para aí observar a realidade brasileira.

O trabalho consistirá em uma pesquisa de revisão bibliográfica, com posterior leitura e apreciação crítica, vislumbrando assim, dar maior base teórica para a análise e a reflexão do problema e hipótese apontados. Terá como principais autores estudados Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Keynes, Kalecki, Raul Prebisch e Celso Furtado.

Além desta introdução, das considerações finais e elementos pré e pós-textuais, o presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo é realizado um esboço sobre a concepção de desenvolvimento econômico a partir da interpretação das escolas clássica, marxista, neoclássica, keynesiana, kaleckiana e cepalina do pensamento econômico, observando quais são os principais elementos condutores do desenvolvimento. No segundo capítulo é elaborada uma explanação acerca do subdesenvolvimento econômico fundamentado na análise de Celso Furtado. No terceiro e último capítulo, é feito um estudo da realidade brasileira para os primeiros anos do século XXI, com o intuito de efetuar um paralelo entre o que preconizou Furtado e o cenário atual.

CAPITULO 1

DESENVOLVIMENTO SEGUNDO O PENSAMENTO CLÁSSICO, MARXISTA, NEOCLÁSSICO, KALECKIANO, KEYNESIANO E CEPALINO

“A segunda debilidade, específica da economia ensinada em nosso país, tem sua raiz em que as teorias correntes, em sua generalidade, foram formuladas para explicar o comportamento de estruturas distintas da nossa. As diferenças entre as estruturas desenvolvidas e subdesenvolvidas parecem ser suficientemente grandes para retirar parte substancial da eficácia explicativa de muitas das teorias de maior aceitação.”

(Celso Furtado, A formação do economista em país subdesenvolvido)

Em meio ao desafio da compreensão acerca do desenvolvimento econômico é preciso observar como as distintas escolas do pensamento econômico o interpretam; quais os principais autores, quais os pontos em semelhança e em discordância. Assim, buscou-se nas correntes clássica, marxista, neoclássica, keynesiana, kaleckiana e cepalina, subsídios para melhor embasar as discussões acerca do referido tema. Ademais, é preciso entender que essas teorias vão contribuir para a formação do pensamento de Celso Furtado, no qual, algumas contribuições serão por ele assimiladas, outras terão participação mais ativa em seu desenvolvimento e outras se tornarão para ele objeto de críticas. Mas, de qualquer maneira, terão um papel imprescindível na construção do seu conhecimento e nas análises que o mesmo realizará sobre o sistema capitalista e sobre as suas economias.

1.1 ESCOLA CLÁSSICA

O desenvolvimento econômico foi estudado e interpretado ao longo do tempo sob diversas perspectivas. O saber acumulado no correr deste processo conduziu a críticas, ao amadurecimento e ao surgimento de novas teorias, as quais se propunham a compreender o referido processo.

No início, os estudos econômicos sobre desenvolvimento, apontavam este como sendo um processo derivado, principalmente, da liberdade e da ampliação do comércio. Os economistas que voltaram seus estudos em torno

dos princípios norteadores desta corrente foram denominados clássicos. Acreditavam, pois, que seria a busca pelo lucro o motor principal do processo de evolução econômica.

Enquanto a taxa de lucro do capital fosse positiva, o capitalista se sentiria estimulado a investir seus recursos no processo produtivo, contratando mais trabalhadores produtivos, sendo assim denominados aqueles que gerassem excedente de valor superior aos seus custos de contratação. Este excedente passaria a ser reinvestido na economia e estimularia a contratação de novos trabalhadores, desde que cada um deles continuasse a gerar lucros, com a venda dos bens por eles produzidos superiores ao seu custo de contratação. À medida que evoluía o processo produtivo, novos produtos eram ofertados e havia a necessidade de dividir a atividade produtiva, obtendo uma maior especialização e, conseqüentemente, expansão dos ganhos (SMITH, 1996).

Adam Smith, o precursor do pensamento clássico e um dos grandes nomes dessa corrente, defendeu em seu livro *A RIQUEZA DAS NAÇÕES – INVESTIGAÇÃO SOBRE SUA NATUREZA E SUAS CAUSAS* que a ampliação do produto de uma economia seria obtida a partir de uma maior especialização do processo produtivo. Essa especialização conduziria ao aperfeiçoamento da habilidade do trabalhador, refletindo em uma produção superior para um mesmo intervalo de tempo. A divisão do trabalho traria como consequência, economia de tempo e de custos, considerando a dimensão dos mercados. Defendia o estímulo ao livre comércio entre as nações como forma de aumentar o bem-estar dessas economias, o que ocorreria em virtude da expansão de seus mercados. Smith propôs a liberdade de comércio sendo regida pelas livres forças de mercado, operando mediante a lei da oferta e da demanda. Diante do fato de cada agente estar buscando seu benefício individual, haveria na economia, como que uma “mão invisível” conduzindo-a em direção a um nível de ótimo; em outras palavras, esta agiria distribuindo socialmente os benefícios obtidos individualmente.

Convém mencionar a sua teoria do valor trabalho, segundo a qual, o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho empregado em sua produção. Para este autor, o elemento essencial para a ampliação das riquezas de uma nação seria a divisão do trabalho. O resultado seria um maior

aprimoramento das forças produtivas do trabalho e uma maior habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho seria executado. (SMITH, 1996)

Smith (1996) partiu da comparação feita na produção de alfinetes entre uma pequena manufatura com 10 empregados, onde existisse uma divisão do trabalho e a produção global feita por uma única pessoa. Observou que na manufatura onde a atividade se encontrava dividida entre os empregados, a produção seria de 48 mil alfinetes por dia, o que corresponderia a 4800 alfinetes por trabalhador, ao passo que uma única pessoa não conseguiria sozinha fabricar sequer 20 alfinetes.

A razão para esta maior produtividade advinha, principalmente, da ideia de que o trabalhador ao deter seu esforço somente em uma etapa do processo produtivo, o que torna a atividade mais simples, tende a melhorar sua habilidade em fazê-la, direcionando para ela toda a sua atenção.

Para ele, os salários pagos aos trabalhadores pelos trabalhos executados, à medida que se elevassem ocasionariam um crescimento na quantidade produzida por cada trabalhador. Este aumento seria decorrente do maior estímulo por parte do trabalhador diante da elevação do rendimento auferido, o que faria com que tal trabalhador se empenhasse ainda mais em retribuição ao melhor salário recebido. Haveria assim, uma relação direta entre salários e estímulo à operosidade, sendo que este último se elevaria proporcionalmente ao estímulo que recebesse, no caso em questão, salário.

Ainda com relação à questão da análise do valor que se paga aos trabalhadores e suas consequências, Smith fazia uma conexão entre este aumento da produtividade e a prosperidade econômica daí decorrente e já antevia, supondo que nada fosse feito para expandir os mercados, a sua diminuição de intensidade. Isto em razão da concorrência entre os próprios capitalistas visando ampliar seus lucros, até se atingir o estado estacionário, isto é, até se chegar a um ponto onde o crescimento econômico seria constante no tempo e, posteriormente a este, chegar-se-ia ao seu declínio.

Conforme trata em seu livro, a partir do aumento da produtividade os trabalhadores pressionariam e receberiam maiores salários, que os estimulariam a produzir mais e melhor. Todavia, esse aumento nos salários faria reduzir os lucros do empresário e aliado à competitividade entre os mesmos chegar-se-ia a uma situação futura onde estes se sentiriam

desestimulados a inverterem seus recursos, pois, o retorno seria economicamente nulo. Tratava-se do estado estacionário, sendo este, alcançado imediatamente após rápido crescimento do produto da economia, sem que fossem consideradas as implicações sociais decorrentes desse rápido crescimento. Daí a importância dada ao processo de ampliação dos mercados, para manter a taxa de lucro crescente.

Por conseguinte, assim como a remuneração generosa do trabalho é o efeito da riqueza crescente, da mesma forma é a causa do aumento da população. Queixar-se disso equivale a lamentar-se sobre a causa e o efeito necessário da prosperidade máxima da nação. Talvez mereça ser observado que a condição dos trabalhadores pobres parece ser a mais feliz e a mais tranqüila no estado de progresso, em que a sociedade avança para maior riqueza, e não no estado em que já conseguiu sua plena riqueza. A condição dos trabalhadores é dura na situação estacionária e miserável quando há declínio econômico da nação. O estado de progresso é, na realidade, o estado desejável e favorável para todas as classes sociais, ao passo que a situação estacionária é a inércia, e o estado de declínio é a melancolia (SMITH, 1996, p. 131).

Com a intensificação do comércio entre os países, algumas atividades econômicas que outrora não se justificariam em uma pequena escala de produção passariam a ser perfeitamente viáveis, em virtude da expansão dos mercados³. Essa expansão levaria a uma maior contratação de trabalhadores e a uma maior divisão do processo produtivo entre estes, com o decorrente aumento da produção e o volume de riqueza gerada no processo, ampliaria o produto dessa economia. Esse aumento dos negócios com o exterior passaria assim, a demandar uma produção maior, o que implicaria o aumento da oferta de emprego e passar-se-ia a transacionar produtos os mais diversos possíveis, acarretando, conseqüentemente, um aumento no nível de bem-estar da sociedade deste país.

Em se tratando de relações comerciais entre os países quem melhor abordou o tema dentro do pensamento clássico foi David Ricardo. Ele defendia que ainda que um país não apresentasse vantagem absoluta⁴ na produção de um bem, poderia tê-la relativamente se comparados os seus custos com os de

³ Smith discorreu acerca da importância da extensão dos mercados para a divisão do trabalho. Para ele, em situações de mercado bastante reduzido ninguém poderia se dedicar integralmente a uma única atividade, pois a produção daí resultante não seria absorvida em sua totalidade, o que inviabilizaria e desestimularia a mesma (SMITH, 1996).

⁴ Esta pode ser definida como a produção de um bem a custos menores que os dos demais países.

produção de outros países e de outros bens produzidos por todos, inclusive ele mesmo. Em outras palavras, ainda que um país não produza nenhum bem a preços mais baratos que os demais países, ele pode sim, especializar-se na produção de um determinado bem que apresente um menor custo de produção em relação aos demais bens que ele produz. Após a venda deste produto, com os recursos obtidos se torna mais vantajoso comprar de outros países a manter a produção dessas outras mercadorias nesse país. Essa ideia ficará conhecida como Teoria das Vantagens Comparativas.

Este país poderia assim, com essa renda resultante da diferença entre produzir em seu território e importar, aumentar a variedade e a quantidade de bens ofertados em seu mercado, proporcionando desta maneira, um maior bem-estar para a sua população. A partir do momento em que todos os países procurassem empreender esforços na produção daqueles bens que apresentassem maiores vantagens relativas, todos em decorrência de tal atitude sairiam beneficiados uma vez que se especializariam em sua atividade e gerariam um volume de riqueza superior para todas as nações, ampliando o bem-estar das mesmas.

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico; enquanto pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações por laços comuns de interesse e de intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra (RICARDO, 1996, p.97).

As relações de comércio internacional eram altamente benéficas para um país. Contudo, somente à medida que aumentassem a variedade e a quantidade de objetos adquiridos através dos rendimentos dos trabalhadores, este acréscimo na quantidade e na variedade tende a tornaria o preço destes produtos mais baratos, acarretando assim, um menor gasto por parte dos trabalhadores através de seus salários na aquisição de uma mesma cesta de bens. Sendo assim, estes passariam a dispor de recursos adicionais em razão

dessa economia, os quais poderiam ser aplicados em poupanças. Isto significaria um aumento dos recursos à disposição no setor bancário, o que por sua vez, se reverteria na diminuição das taxas de juros, implicando a elevação do nível de investimentos ou ainda poderiam ser utilizados na ampliação do consumo (RICARDO, 1996).

Poderia ainda ocorrer que, por meio dessa diminuição dos dispêndios para a sobrevivência do trabalhador, os capitalistas passassem a diminuir os salários dos trabalhadores, acarretando uma diminuição dos gastos com mão-de-obra e implicando um aumento na taxa de lucro do capitalista. Contudo, caso estes novos produtos obtidos no mercado internacional fossem bens de luxo, o seu barateamento poderia acarretar prejuízos para a economia do país em razão da predisposição das classes mais abastadas em remeter ao exterior vultosas quantias na aquisição dos mesmos, diminuindo, por conseguinte, o volume de capitais à disposição do país em questão (RICARDO, 1996).

Ricardo também estudou a relação entre os três principais fatores produtivos apontados à época: terra, capital e trabalho; dando importante atenção ao primeiro. Esta atenção se dava em virtude das remunerações decorrentes desse fator se refletir nos demais setores da economia. Para ele, o uso das terras se daria a partir daquelas de melhor qualidade em direção àquelas de qualidade inferior, em razão da inexistência de uniformidade de nutrientes nas mesmas e também devido ao fato de as cidades serem construídas nas terras de melhor qualidade. Por esta razão, em virtude da facilidade de transporte, se utilizariam as terras mais próximas, as quais também se situavam ao redor da cidade e, por conseguinte, apresentavam uma melhor qualidade, refletindo-se em uma maior capacidade produtiva.

O uso de uma terra de certa fertilidade - por exemplo, do tipo A⁵, a qual seria aquela de maior produtividade - não determinaria o valor da remuneração desta terra. Mas sim, este valor seria determinado a partir do momento em que em razão da necessidade de ampliar as terras cultivadas se passasse a fazer uso de terras de qualidade inferiores, do tipo B e C, por exemplo, que seriam

⁵ Ricardo dividiu as terras por grupos de faixas em ordem alfabética que iam de A até M. As terras situadas na faixa A seriam as de maior fertilidade e as situadas na faixa M, as de pior. As cidades estariam situadas na faixa A, assim as demais faixas seguintes de terra se situariam cada vez mais longinquamente das cidades. Quanto menos fértil a terra, mais distante ela seria da cidade. Além do mais, terras mais distantes, embutiam implicitamente em seus custos a dificuldade de transporte (RICARDO, 1996).

terras de menores níveis de nutrientes e, por conseguinte, produção inferior. Como a terra de melhor qualidade – do tipo A, utilizada no exemplo – possuía a facilidade de estar situada mais próxima à cidade, apresentaria uma maior produtividade e requeria menores dispêndios no tratamento para o cultivo neste solo, ela receberia um rendimento maior que as demais. Essa remuneração paga ao proprietário da terra tipo A decorre da diferença de produtividade dos tipos de terra em questão. Conclui-se a partir do exemplo exposto, que a remuneração paga ao proprietário de terra se eleva à medida que mais faixas de terra forem utilizadas.

À medida que a população crescesse, maiores quantidades de terras seriam demandadas para o cultivo de mais produtos para alimentar a mesma. Isso significaria a utilização cada vez maior de terras de menor qualidade. Ampliar-se-ia por assim dizer, a margem extensiva de cultivo, que seria aquela porção mais distante de terra cultivada. Sendo esta também, aquela porção de terra de nutrientes imediatamente inferior à de menor nível de produtividade já em utilização, ampliando, por conseguinte, a fronteira agrícola, à medida que se distanciava das terras férteis e dos centros urbanos (RICARDO, 1996).

O aumento da renda da terra decorre sempre do aumento da riqueza de um país e da dificuldade de produzir alimentos para uma população crescente. É um sintoma, nunca uma causa de riqueza, pois esta freqüentemente cresce com maior rapidez, enquanto a renda permanece estacionária ou mesmo decresce. A renda cresce mais rapidamente quando as terras disponíveis se empobrecem em capacidade produtiva. A riqueza aumenta mais depressa nos países em que a terra disponível é mais fértil, onde as importações sofrem menos restrições, onde, graças aos aperfeiçoamentos na agricultura, a produção pode ser multiplicada sem nenhum aumento na quantidade proporcional de trabalho; onde, conseqüentemente, o progresso da renda é lento (RICARDO, 1996, p. 56).

Destarte, David Ricardo criticava com veemência a classe aristocrata, que era a grande detentora das terras. Os donos de terras destinavam as rendas obtidas com a posse das mesmas em consumo supérfluo, ao invés de as utilizarem para a acumulação do capital, por meio do investimento produtivo. A acumulação de capital seria imprescindível para o desenvolvimento econômico, pois seria ela que daria condições para contratar mais trabalhadores, arrendar mais terras, expandir a produção, aumentando assim a oferta de produtos e alimentos e, por conseguinte, o padrão de vida das

pessoas. Além disso, a classe aristocrata seria beneficiada com o aumento da riqueza sem, contudo, empreender esforço algum neste sentido.

No longo prazo, para Ricardo, atingir-se-ia o estado estacionário devido aos rendimentos decrescentes⁶, pois, sendo a acumulação de capital o motor do sistema capitalista, com os rendimentos diminuindo ao longo do tempo haveria a inviabilização da acumulação do mesmo. Porém, o seu modelo admitia a possibilidade de adiar o estado estacionário em virtude da importação de alimentos⁷ e mediante o progresso técnico, principalmente visando o aumento da produtividade agrícola do solo.

O estado estacionário também foi objeto de estudo de Stuart Mill em sua obra PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA, na qual, ele chamava a atenção para o fato de que o aumento da riqueza não ocorria indefinidamente. Haveria uma fase de crescimento da riqueza, uma condição progressista da mesma, mas, ao final dela estaria a condição estacionária. Para Mill, toda fase expansionista da riqueza seria tão somente um elemento postergador da condição estacionária, onde cada avanço corresponderia, em última análise, a uma aproximação desta.

Stuart Mill já discutira à época a questão da importância do crédito para o funcionamento da economia. Ele chegava a considerá-lo como indispensável para tornar produtivo o capital existente no país, pois, por meio do crédito os recursos seriam transferidos das mãos das pessoas que possuíssem capital em excesso, porém, não apresentassem habilidade para seu uso produtivo e, se direcionaria para as mãos daqueles que possuíssem tal habilidade. Porém, por não possuírem os recursos necessários para investir recorreriam aos bancos, aos quais, caberia esta função de intermediadores da oferta e da demanda de recursos existentes na economia. Enfim, tratar-se-ia da transferência do capital para as mãos de agentes econômicos com maior competência para empregá-lo no processo produtivo, isto de uma forma

⁶ Ricardo vai defender que em virtude da necessidade de expandir a margem extensiva para produzir alimentos, mantendo-se constante os demais fatores de produção (trabalho e capital), o produto aí obtido será inferior em relação à faixa de terra imediatamente menos produtiva. Ou ainda, interpretando de outra forma, para se obter o mesmo produto que o obtido quando do cultivo em uma terra fértil, para a margem extensiva, será necessário aplicar maior quantidade de capital e trabalho.

⁷ Pois com a importação de alimentos diminuiria a pressão pela utilização de novas margens de terra e com isso não ocorreria pressão pela elevação dos salários, o que implicaria a diminuição dos lucros e, por conseguinte, há um estímulo à produção.

eficiente. O capital se não empregado por pessoas com habilidade para empotá-lo na produção, extraindo dela lucro, correria, o risco de ser desperdiçado ou mesmo ficar parado, sem movimentação, o que seria péssimo para a economia (MILL, 1996).

Para existir a indução à utilização das habilidades para tornar produtivo o capital, às custas da poupança do país, deveria existir alguma taxa específica de lucro. Essa taxa de lucro dependeria essencialmente de dois elementos: da força do desejo eficaz de acumular e do grau de segurança do capital empatado em operações industriais. O primeiro explica-se como sendo a análise feita pelas pessoas sobre os juros futuros e os vigentes em seu momento atual, isto é, a comparação entre as taxas de juros futura e a presente, de maneira a influenciar as pessoas em suas decisões de consumo ou de poupança. O segundo entende-se como sendo o grau de confiança que tem o proprietário do capital em aplicá-lo em atividades industriais e obter com isso um retorno que seja considerado satisfatório (MILL, 1996).

Retomando a questão do estado estacionário, Stuart Mill via nas invenções, uma alternativa para conseguir meios para postergá-lo.

Todas as invenções que barateiam qualquer uma das coisas consumidas pelos trabalhadores, se as exigências deles não aumentam em grau equivalente, mais cedo ou mais tarde fazem baixar os salários em dinheiro, e por fazerem isso, possibilitam acumular e empregar um capital maior, antes de os lucros retrocederem ao que eram anteriormente (...) Por conseguinte, todas as mercadorias tendem em algum grau a aumentar o intervalo que tem de transcorrer antes de se atingir a condição estacionária; todavia, esse efeito é muito maior no caso dos aperfeiçoamentos que afetam os artigos consumidos pelo trabalhador, pois esses aperfeiçoamentos conduzem a esse efeito de duas maneiras: induzem as pessoas a acumularem em função de um lucro menor, e também fazem subir a própria taxa de lucro (MILL, 1996, pp.315-316).

Outro importante pensador dentro da escola clássica foi o economista francês Jean Baptiste Say. Ao estudar os mercados percebeu que as pessoas compravam cada vez mais quanto mais produzissem. Cita como exemplo o caso de um agricultor que comprará tecidos somente se alcançar uma boa colheita e quanto maior for esta colheita mais ele comprará. Say (1983, p.137) afirma que “daí resulta, embora a primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados aos produtos”. Dessa afirmação decorre a

máxima de que “toda oferta cria sua própria demanda”, que ficou conhecida como Lei de Say.

Importante elemento do desenvolvimento econômico em Say seria a produção. Quanto mais se produzisse e, conseqüentemente, se ofertassem produtos, maior seria o desenvolvimento. Pois, segundo afirmava, em economias com grande número de produtores e de produtos, os mercados seriam maiores, ofertando bens variados e facilitando o acesso da população a bens diversificados, aumentando conseqüentemente, seu bem-estar.

Ele defendia que era preciso incentivar os gostos e a necessidade de consumir da população, para assim, expandir a economia. Ressaltava que era importante auxiliar os consumidores na obtenção de ganhos, para então assegurar as compras por parte destes. Say (1983, p.142) conclui afirmando que “São as necessidades gerais e constantes de uma nação que a estimulam a produzir a fim de alcançar o poder de comprar e [...] dão lugar a consumos permanentemente renovados e favoráveis ao bem-estar das famílias”.

Esses pensadores da escola clássica que aqui foram apresentados, ainda que divergissem em alguns poucos pontos, como, por exemplo, Adam Smith e David Ricardo, defendendo o primeiro a lei dos rendimentos crescentes⁸ da economia e o último a lei dos rendimentos decrescentes, comungavam da ideia de que o Estado deveria atuar minimamente, deixando espaço para a atuação livre dos indivíduos no mercado. Concordavam também acerca da importância de acumular capital para fazer frente aos investimentos necessários para expandir a produção e assegurar o pagamento dos salários pagos aos trabalhadores. Esta acumulação de capital estaria compreendida dentro do que se denomina “fundo de salários” (CAMPOS, 2014).

1.2 ESCOLA MARXISTA

Contrariando a crença no alcance ao estado estacionário, Marx acreditava que devido à diminuição da acumulação de capital, os burgueses

⁸ Estes seriam resultantes da ampliação dos mercados, o que levaria ao aumento da divisão do trabalho, implicando um aumento na produtividade do trabalho (CELI, 2014).

procurariam ampliar a exploração sobre os proletários⁹, para assim aumentarem seus lucros. Essa pressão de uma classe sobre a outra conduziria a um conflito entre as mesmas e ao atingir grande dimensão, levaria ao rompimento do processo de declínio da acumulação do capital - que em tese levaria ao estado estacionário – mediante o surgimento de um novo sistema: o socialista. Tamanha a importância da luta de classes que Marx e Engels (2008, p.45) chegam a afirmar que “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes”.

Segundo o marxismo, a análise acerca do desenvolvimento econômico requeria a compreensão de diversos elementos inerentes ao processo produtivo das nações. Era importante observar como as relações sociais de produção se manifestavam, tendo em vista as condições materiais da sociedade, que são, conforme Pereira (2014, p.54) “a base de sua estrutura social e humana”. Para alcançar esta compreensão vai ser adotado o método materialista histórico-dialético, observando os confrontos com fins materiais ao longo da história e os analisando sob uma perspectiva de dinamicidade.

Assim como na corrente clássica, utilizou-se a teoria do valor-trabalho, segundo a qual, o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho utilizada em sua produção. Em Marx essa teoria passa a ter uma dimensão de análise ainda mais profunda.

Como os valores de troca das mercadorias não passam de funções sociais das mesmas, nada tendo a ver com suas propriedades naturais, devemos, antes de mais nada, perguntar: qual é a substância social comum a todas as mercadorias? É o trabalho. Para produzir uma mercadoria, deve-se investir nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social (MARX, 2008, p.99).

Compreende-se que aquilo que o trabalhador vende não é o trabalho em si, mas sim, a sua força de trabalho, isto é, aquilo que com seu esforço é possível produzir em determinado período de tempo. Esse valor não é medido diferentemente para cada trabalhador, sendo, pois tão somente calculada a média de produtividade de determinada quantidade de operários e, a partir desta, estipulada uma remuneração. É cedido pelo trabalhador o direito de o

⁹ Marx evidencia na sociedade a presença de duas grandes classes: os burgueses e os proletários. Os burgueses seriam os proprietários dos meios de produção e os proletários os proprietários da força de trabalho, os trabalhadores. A ênfase em seus estudos está em compreender a primeira classe, evidenciando também, como se dá a relação entre ambas.

capitalista dispor temporariamente e mediante determinada remuneração, de sua força de trabalho. É óbvio que o valor que é pago aos operários em troca dessa força não é superior ao valor das mercadorias por eles produzidas, contudo, os capitalistas esforçam-se para que esse valor seja o menor possível (MARX, 2008).

Surge imediatamente após a introdução da teoria do valor trabalho, para uma melhor compreensão acerca do desenvolvimento econômico, a indagação de como se deveria determinar o valor da força de trabalho que será utilizada no processo produtivo. A resposta a esse questionamento é dada pelo próprio Marx (2008, p.111):

O que é, pois, o “valor da força de trabalho”? Como o de qualquer outra mercadoria, esse valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para sua produção. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas o homem, como a máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para o seu “próprio” sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinada quantidade de filhos, que terão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a classe dos trabalhadores. Além disso, tem de gastar uma soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade.

A força de trabalho seria uma mercadoria como outra qualquer, sujeita às leis de mercado, tendo seu preço determinado, em segunda instância, pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda, sendo este preço, denominado salário. O salário era determinado assim, em primeira instância, dadas as forças de mercado, levando em consideração o custo de existência e de reprodução do trabalhador. Assim sendo, quanto menos tempo for necessário para a formação de um trabalhador requisitado para determinada atividade e quanto menor for a despesa que assegura sua reprodução social, mais baixo será o seu custo e, conseqüentemente, menor será o seu salário. Esse mínimo de salário seria determinado de maneira geral para toda a espécie e não para o indivíduo tomado isoladamente. Portanto, dadas as diferenças de custos entre os distintos trabalhadores, e tendo em vista que os salários seriam determinados por aquele que era percebido pelos trabalhadores situados na faixa dos menores rendimentos, dava-se como certo, que alguns percebessem salários inferiores ao necessário para existir e se reproduzir socialmente, dado o fato de

que o capital mínimo necessário para assegurar essas condições, em certas localidades, fosse superior a esse salário (MARX, 2006).

Marx também observou a movimentação cíclica da produção capitalista. Para ele, haveria seis fases pelas quais passaria a economia: fase de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise e de estagnação. Essas oscilações também seriam refletidas nos preços das mercadorias e na taxa de lucros, ora aumentando, ora decrescendo. E o aumento deste nível de preços é tão logo compensado por uma diminuição deste nível em outro período de tempo (MARX, 2006).

Observou ainda, que capital e força de trabalho estão intrinsecamente relacionados, um é dependente do outro. A força de trabalho da qual dispõe o operário, é trocada por outro valor especificado na forma de salário, e esta força que o operário disponibiliza ao proprietário do capital é utilizada para a geração de produtos que são vendidos e que assim multiplicam a quantidade de capital, fortalecendo, assim, o seu poder (MARX, 2006).

O processo de acumulação de riqueza explicava-se, principalmente, pela mais-valia, que vinha a ser, a diferença entre o trabalho empregado na produção e a mínima quantidade necessária à reprodução do mesmo.

Para Marx, a taxa de mais-valia dependeria da proporção existente entre a parte da jornada de trabalho requerida para assegurar a reprodução social dessa força de trabalho e o tempo excedente, que ele denominará sobretrabalho. O produto gerado através do sobretrabalho seria absorvido pelo capitalista. A mais-valia seria assim dependente da quantidade de trabalho despendida adicionalmente além do mínimo necessário para a reprodução social do trabalhador. Diante do fato de o produto oriundo de trabalho do proletário ser dividido entre este e o burguês, quanto mais trabalho for absorvido por este último, menos restará para o primeiro, e vice-versa.

Uma redução dos lucros, por exemplo, vai resultar, *coeteris paribus*, seguindo o raciocínio apresentado no parágrafo anterior, de uma expansão dos salários. Assim como reduções salariais sob a alegação de depressão do nível das atividades econômicas, ou ainda, a substituição de trabalhadores já empregados por outros que aceitem trabalhar por menores salários, implica uma elevação das taxas de lucro. E é justamente esta busca por expandir a taxa de lucratividade que vai instigar na burguesia o desenvolvimento de

métodos que conduzam a esse fim. Uma importante prática que será utilizada por esta classe, será justamente a diminuição dos salários mediante a ameaça de demissão para contratação de outros trabalhadores que aceitam trabalhar a um menor salário (MARX, 2006). O que não é difícil acontecer, tendo em vista o grande contingente de trabalhadores desempregados.

Marx observou que sempre vai existir mão de obra desempregada e esta ampliar-se-á mediante o desenvolvimento da maquinaria que dispensaria mais trabalhadores. Além disso, o processo de divisão do trabalho ao destinar a habilidade do trabalhador para uma atividade específica, retirando dele a necessidade de compreensão e domínio de todo o processo produtivo o torna, em última instância, um simples acessório da máquina. Ele poderá em decorrência dessa situação, ser descartado e substituído por outro trabalhador sem causar dano significativo à produção. O proletário, a partir da intensificação desse processo de divisão do trabalho perde seu caráter de independência e passa a não ser visto com atratividade pelo capitalista. Será visto como simples peça produtiva, requerendo-se dele a operação mais simplificada possível, a mais fácil de aprender não somente por ele, mas também, por qualquer um que necessite substituí-lo (MARX, 2006).

Esses trabalhadores desempregados ao se sujeitarem a situações menos favoráveis que a dos demais colegas já empregados, acabam por reforçar o poder da burguesia e a fragilizar ainda mais a situação da classe operária. Quanto mais trabalhadores desempregados existissem, maior seria o poder de barganha dos capitalistas em negociar menores salários. A essa massa de desempregados, Marx (2008) denominou exército industrial de reserva.

Segundo a análise marxista, uma das evidências do desenvolvimento econômico para o sistema capitalista de produção estava no fato de o montante de dinheiro ao final de um determinado período ser superior ao montante existente no início do mesmo. Em outras palavras, o capital se reproduz ao longo do tempo. Marx observou que esta reprodução pode se dar de duas formas: simples e ampliada. A reprodução simples ocorre quando a economia não sofre qualquer modificação significativa de um período para outro, mantendo-se as proporções entre as distintas variáveis que a compõem. A principal explicação está na argumentação da inexistência de investimento

líquido realizado pelo capitalista. Já na reprodução ampliada, há sim modificação na economia entre os períodos, em virtude, principalmente, da existência de investimento líquido efetuado nessa economia, alterando assim, a proporção entre as variáveis que a compõem. Parte-se do pressuposto de que houve poupança por parte dos capitalistas e que a mesma foi utilizada para adquirir novos meios de produção (BURCK, 2014).

Embora Marx observe um crescimento do capital ao longo do tempo, via reprodução ampliada, impulsionada pela busca de aumento da mais-valia por parte da burguesia, denunciava que esse processo não era pacífico, mas sim, conflituoso. Para ele, o sistema capitalista produzia antagonismos que em algum momento futuro haveria de desencadear um processo que culminaria com a ruína do mesmo e com o surgimento de um novo sistema para substituí-lo, o socialismo.

1.3 ESCOLA NEOCLÁSSICA

O modelo de desenvolvimento neoclássico apregoava que toda a poupança existente na economia de uma nação seria efetivamente transformada em investimento. Isto significaria que não existiria neste sistema vazamentos dos recursos financeiros, o que certamente facilitaria as previsões a respeito dos rumos da economia. Baseava-se em três pressupostos:

O primeiro é que a força de trabalho (l) e o progresso tecnológico economizador de mão-de-obra (t) crescem a uma taxa exógena constante. O segundo é que toda poupança é investida: $S = I = sY$. (...) O terceiro pressuposto é que a produção é função do capital e do trabalho, e nele a função de produção exhibe rendimentos constantes de escala e rendimentos decrescentes dos fatores individuais de produção (THIRLWALL, 2005, p.29).

Defendendo a existência de um nível pleno de emprego dos fatores de produção, a teoria neoclássica doutrina um sistema econômico competitivo, o qual tenderia automaticamente para o equilíbrio. A teoria econômica neoclássica descende diretamente das ideias dos clássicos, todavia, ela assumiu a forma de análises matemáticas na busca pela representação da realidade em seus modelos com as suas diversas variáveis, no intento maior de se buscar através de seus cálculos e previsões encontrar pontos de equilíbrio para os objetos analisados nos mesmos.

Nesses modelos, o cenário dominante era constituído de um grande número de empresários pequenos e médios, que agiam independentemente, existindo muitos compradores, muitos vendedores, produtos homogêneos, preços uniformes, perfeita simetria de informações e sem influência da propaganda, o que remete à ideia de um modelo padrão de firma e de consumidor. O elemento central da análise neoclássica seria por assim dizer o comportamento individual dos agentes (firmas, pessoas, etc.). Tomou-se por base um sistema econômico concorrencial, no qual nenhum agente teria poder suficiente para influenciar o funcionamento do mercado (PRADO, 2010).

Partia-se da suposição de que a economia seria formada por um conjunto de agentes econômicos, e que estes seriam possuidores, de um lado, de preferências ou escalas de utilidade e, do outro, de dotações de fatores, dentre as quais se incluíam determinadas "quantidades de capital". A teoria neoclássica buscou assim, mostrar como o "mecanismo de mercado", por meio da produção, da circulação e da repartição, faz um "casamento" ótimo ou quase ótimo entre o emprego dos fatores e a satisfação dos consumidores (PRADO, 2010).

[...] os salários, os lucros e as rendas passam a ser vistos como partes determinadas pelas interseções das ofertas e das demandas, em níveis que se igualam, sob a suposição de que a economia se encontra em equilíbrio, aos valores dos produtos marginais dos chamados serviços. A força de trabalho, os recursos naturais e os meios de produção reprodutíveis (também chamados de capitais físicos) vêm a ser denominados indistintamente *fatores de produção*. Como tais, eles passam a ser vistos como capazes de gerar serviços que contribuem para a efetivação do processo produtivo. Dentro desse suposto, as chamadas "condições marginais" tornaram-se, então, associadas às remunerações de todas as classes sociais, agora vistas indistintamente como fornecedoras de serviços (PRADO, 2010).

Centrou-se a análise em um indivíduo comum, que seria isento de relações sociais, buscando atender seu próprio interesse, e que se orientaria invariavelmente por suas preferências subjetivas, porém, de forma racional buscando maximizar o prazer ou minimizar o desprazer. Todos esses agentes buscariam otimizar seus recursos de forma a atingir o nível máximo de utilidade. O equilíbrio que se verificaria para o sistema completo seria de tal forma o melhor, no qual, qualquer outra alocação de bens e serviços não seria possível sem reduzir o nível de satisfação de outro agente. Até mesmo a

produção dos bens é interpretada como sendo o esforço humano para alcançar a máxima satisfação que se pode obter (PRADO, 2010).

Diz-se, às vezes, que os comerciantes não produzem, que enquanto o marceneiro faz a mobília, o negociante de móveis vende apenas o produto já elaborado. Mas não há fundamento científico para tal distinção. Ambos produzem utilidades, e nenhum deles pode fazer mais. O negociante de móveis movimenta e dá novo destino à matéria, a fim de dar-lhe maior serventia do que antes, e o carpinteiro não faz mais nada (MARSHALL, 1996, p.129).

Assim, a teoria neoclássica busca analisar a economia a partir do estabelecimento de um conjunto de pressupostos, tais como, perfeita simetria de informações e sistema concorrencial perfeito onde nenhum comprador ou vendedor teria poder suficiente para, individualmente, afetar o mercado. Cada agente econômico seria movido pela busca da maximização de sua utilidade e o equilíbrio ideal do sistema seria obtido quando não fosse possível aumentar a utilidade de qualquer agente sem diminuir a utilidade de outro agente. Satisfeitas todas estas condicionalidades, o desenvolvimento seria então o resultado daí decorrente. O pensamento neoclássico foi retomado em períodos mais recentes com novas perspectivas de análise, como por exemplo, as teorias de crescimento e os modelos monetaristas, forjando um avanço neoliberal sobre as teorias e políticas econômicas, cuja marca principal seria a atuação mínima do Estado e máxima das livres forças de mercado.

1.4 ESCOLAS KALECKIANA E KEYNESIANA

Defendendo a relevância da atuação do Estado na condução da economia visando alcançar o desenvolvimento e minimizar os efeitos das crises econômicas, como também, dando importante ênfase à atuação empresarial por meio do investimento, se apresentam as escolas kaleckiana e keynesiana, inspiradas nos estudos, respectivamente, do polonês Michal Kalecki e do inglês John Maynard Keynes.

Kalecki ao estudar a dinâmica econômica partiu da análise da importância da compreensão da formação dos preços dos produtos. Para tanto, reiterou a lógica de que os preços dos mesmos eram alterados por meio dos custos e por meio da demanda. A alteração por meio dos custos tenderia a se manifestar nos produtos acabados e a alteração por meio da demanda, nas

matérias-primas. Observou que os preços dos produtos acabados seriam afetados pela demanda sobre os produtos primários, porém, ele era transmitido através dos custos.

O argumento se fundamentava na concepção de que as oscilações na demanda por produtos acabados seriam facilmente atendidas em virtude da capacidade produtiva ociosa, que poderia ser rapidamente ocupada e com isso se aumentaria tão logo a produção se elevasse. Já com as matérias-primas, oscilações na demanda não poderiam ser prontamente atendidas, em razão do prazo de seu fornecimento ter um horizonte temporal mais prolongado, o que se reflete em diminuição no volume de estoques e, conseqüente, elevação dos preços (KALECKI, 1985).

Kalecki estudou a importância dos investimentos para a compreensão do funcionamento da economia. Para ele, o investimento em capital fixo seria determinado pela poupança bruta “interna” (que vem a ser igual à depreciação menos a poupança externa, sendo esta última, a poupança realizada por pessoas que vivem de rendas), pela taxa de elevação do volume de equipamento e pela taxa de elevação dos lucros. Enquanto a primeira e a última apresentariam um efeito estimulante, a segunda apresentaria efeito oposto. Quando o investimento no longo prazo se encontrasse acima do nível de depreciação, a acumulação de capital se elevaria e faria com que se ampliasse a influência dos “fatores de desenvolvimento¹⁰”, acarretando o crescimento econômico (KALECKI, 1985).

Kalecki observou que a economia não mantém tendência ao desenvolvimento econômico em longo prazo, por isso, seria preciso a atuação dos “fatores de desenvolvimento”. Entre estes fatores os mais importantes são as inovações; em seu sentido mais ampliado, pois, aceleram a acumulação de capital e a produção. Ao inovar no processo produtivo, passam a ser exigidos novos equipamentos, os quais demandarão novas pessoas e que, em decorrência do mesmo, demandarão mais matérias-primas, daí implicando o surgimento de novas oportunidades de emprego para a população. Observa-se que a diminuição no ritmo de crescimento da economia de um país se pode

¹⁰ Seriam aqueles fatores que desempenhariam papel fundamental para se alcançar o desenvolvimento econômico, como, por exemplo, as inovações.

explicar, em grande medida, pelo declínio na intensidade de inovações que ocorrem no mesmo (KALECKI, 1985).

Conforme observou, de pouca relevância seria um aumento no número de habitantes de uma nação, se os mesmos não passassem a demandar mais. Caso, por exemplo, esse aumento viesse a se manifestar no número de pessoas sem poder aquisitivo em nada contribuiria para o desenvolvimento da nação. Segundo Kalecki, um aumento do número de miseráveis, por exemplo, não acarretaria necessariamente um aumento no número de construções de habitações. Pois, sem que esses novos habitantes que seriam introduzidos no sistema possuíssem renda, o resultado que se verificaria seria um incremento no número de pessoas a vagar no espaço habitável existente, vindo inclusive a aumentar, provavelmente, o número de problemas sociais existentes nesta sociedade (KALECKI, 1985).

Kalecki observava que um déficit orçamentário, isto é, um gasto do Governo superior àquilo que foi por ele arrecadado teria efeito semelhante ao de um saldo positivo na balança comercial, que é quando um país vem a receber mais por suas exportações que aquilo que é pago por suas importações. Pois, por meio destes déficits orçamentários - que poderiam ser explicados simplesmente como valores devidos pelo setor público ao setor privado – se tornaria possível aos capitalistas auferirem lucros acima daqueles que seriam obtidos em condições normais de livre atuação dos mercados, sem a presença do Governo. Em outras palavras, através da atuação do Governo a economia poderia ser conduzida para uma melhor condição, através do aumento dos lucros que aumentariam a oferta monetária, estimulando a demanda e, conseqüentemente, se refletindo em mais contratações, o que implicava injeção de mais recursos na economia, ampliando assim o seu dinamismo (KALECKI, 1985).

Kalecki via através da compreensão sobre os ciclos econômicos, o meio para se alcançar o desenvolvimento econômico. Tornava-se imprescindível entender o comportamento da economia ao longo do tempo. Era preciso compreender a maneira pela qual a economia oscilava em ciclos e procurar atuar de forma a tentar mantê-lo o máximo de tempo em nível ascendente e minimizar ao máximo as baixas flutuações do ciclo. Ele analisou as diversas circunstâncias que levariam a economia de uma fase de prosperidade para

uma de depressão e observou que esse movimento repetia-se continuamente na História do sistema capitalista. E, quando novas mudanças ocorriam não irrompiam o ciclo, porém, o deslocava para um novo patamar (KALECKI, 1985).

Quem também observou que as economias passavam por oscilações ao longo do tempo foi o economista inglês John Maynard Keynes. Ele acreditava que para evitar oscilações extremas na economia, caberia ao Estado intervir para assegurar o seu bom funcionamento. Discordava que a economia funcionasse de acordo com os postulados defendidos pela escola clássica. Para este economista, estes indicavam um caminho para o qual se desejava que a economia seguisse, mas não traduziam a realidade dos fatos. Assim sendo, em algumas situações, o Estado deveria intervir na economia como instrumento de condução desta para um nível de maior bem-estar para a população. Keynes (2012) afirmou inclusive, que a riqueza poderia ser elevada por meio da construção de pirâmides, ou com os terremotos e até mesmo, por meio de guerras, pois ao agir, o Estado atuava elevando ainda mais a renda a partir da elevação da demanda efetiva.

O cerne de sua análise vai estar no princípio da demanda efetiva. Esta pode ser compreendida a partir do somatório do montante que é previsto ser despendido pela comunidade em consumo (que ele denominará D_1) e o montante previsto para ser gasto por ela sob a forma de investimentos (D_2).

O consumo corresponderia à aquisição de bens e serviços por parte dos agentes econômicos para satisfazerem as suas necessidades. Este seria determinado a partir da propensão marginal a consumir, compreendida como a variação do consumo dada uma variação no rendimento, seu valor costumeiramente se situaria acima de zero e inferior à unidade. A propensão a consumir permite compreender o fato de que os homens costumam elevar o seu consumo em decorrência de uma elevação dos seus rendimentos, contudo, não no mesmo grau de acréscimo da renda, mas sim, de maneira geral, em um grau inferior ao mesmo. Conforme observou o próprio Keynes (2012, p.87), “se C_w for o montante do consumo e Y_w o do rendimento (ambos medidos em unidades de salário), ΔC_w tem o mesmo sinal que ΔY_w , mas é de amplitude menor, isto é, a derivada dC_w/dY_w é positiva e inferior à unidade”.

Compreendendo que os rendimentos líquidos recebidos pelos agentes econômicos sejam repartidos entre consumo e poupança, quanto maior parcela

de rendimento for despendida em consumo, menor o valor destinado à poupança e vice-versa. Keynes verificou que satisfazer necessidades primárias do indivíduo e de sua família é, normalmente, motivação superior ao ato de poupar, a motivação à poupança somente começa a exercer influência significativa a partir do momento em que é atingido um determinado nível de conforto. Por isso, proporção maior do rendimento passa a ser poupada a partir da elevação do rendimento real.

O investimento corresponderia ao dispêndio realizado pelos empresários, visando à instalação ou expansão de sua capacidade produtiva. O investimento corrente, que é o investimento mensurado ao longo de determinado período de tempo, seria função do incentivo para investir, e este, dependeria conforme Keynes (2012, p.24), “da relação entre a curva de eficiência marginal do capital¹¹ e o complexo de taxas de juros sobre empréstimos de várias maturidades e riscos”.

Os recursos a serem poupados tenderiam a retornar ao ciclo econômico por meio de empréstimos obtidos por empresários para realizarem seus investimentos. E após análise mais detalhada da relação entre poupança e investimento, ele verificou que o montante de poupança resultaria do comportamento coletivo dos consumidores agindo individualmente e que o montante do investimento decorreria do comportamento coletivo realizado pelos empresários. Segundo Keynes (2012, p. 55), “estes dois montantes são, necessariamente, iguais, visto que qualquer um deles é igual ao excedente do rendimento sobre o consumo”. Ele chegou a essa conclusão admitindo o rendimento como o valor da produção corrente, o Investimento corrente correspondente à parte da produção não consumida e a poupança sendo equivalente ao excedente do rendimento em relação ao consumo.

Para Keynes, um ponto de importante análise era a questão das expectativas. Ele as divide em dois grupos. O primeiro grupo se refere ao preço que o empresário espera obter com a venda de suas mercadorias, o qual denomina de expectativas de curto prazo. O segundo grupo se refere ao que o empresário espera obter como rendimento futuro para o caso de aquisição de

¹¹ Keynes a define a partir de uma relação estabelecida entre o rendimento prospectivo de um bem de capital e o preço de oferta do mesmo. Em outras palavras, corresponde à relação estabelecida entre o rendimento prospectivo para uma dada unidade adicional de capital e o custo de produção do mesmo (KEYNES, 2012).

outros produtos para acrescentá-los ao seu equipamento de capital, estas ele vai denominar de expectativas de longo prazo. Ambas seriam levadas em consideração pelo empresário na hora de tomar decisões acerca do processo produtivo.

Acontece, porém, que tanto as expectativas de curto prazo quanto as de longo prazo são formadas e revistas continuamente, de maneira que o resultado realizado e o almejado estão sempre exercendo alguma influência um sobre o outro.

Keynes observou que o sistema econômico nem sempre possuía todos os fatores empregados, identificando a partir daí, que além das duas categorias reconhecidas de desemprego, a friccional e a voluntária, existia uma terceira categoria, o desemprego involuntário. Esta última era caracterizada pelo fato de o agente econômico não conseguir emprego ainda que estando disposto a aceitar um salário inferior ao vigente na economia. Destarte, observou que mesmo em uma situação em que não ocorra o pleno emprego é possível encontrar um equilíbrio estável em um nível inferior, a partir da interação da função da demanda agregada com a função da oferta agregada.

Relacionando-a ao nível de emprego, Keynes deduziu que, caso a propensão marginal esteja próximo à unidade, flutuações de pequena magnitude no investimento tenderão a provocar grandes variações no nível de emprego em virtude de seu elevado efeito multiplicador, e seu impacto sobre a renda. Contudo, caso a propensão marginal se situe próximo à zero, flutuações de pequena magnitude no investimento tenderão a provocar uma pequena variação no nível de emprego, mais uma vez convém frisar, em decorrência do efeito multiplicador e de seu impacto sobre a renda.

Tanto Keynes quanto Kalecki vão ter importante destaque na literatura econômica internacional por desenvolverem seus escritos em oposição ao pensamento hegemônico de suas épocas - o pensamento neoclássico - em um momento em que o mesmo era colocado em xeque, em virtude da crise de 1929, a qual apresentava um quadro destoante com o esperado pelos pressupostos desse pensamento. Suas ideias de intervenção estatal visando incentivar a demanda e criar expectativas favoráveis ao investimento vão subsidiar uma série de políticas econômicas pelo mundo, almejando retirar as nações de suas crises e conduzi-las ao desenvolvimento econômico, atentando

ao fato de que as livres estruturas de mercado podem não assegurar um funcionamento adequado da economia, carecendo de intervenção.

1.5 ESCOLA CEPALINA

A escola cepalina (também denominada Estruturalista), partindo da análise da realidade latino-americana vai criticar a divisão internacional do trabalho, a qual, amparando-se, precipuamente, na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, vai delegar aos países da América Latina o papel de produtores de artigos primários. Nessa condição, estes países se encarregavam de produzir matérias-primas e alimentos para os países centrais e deles comprar seus produtos industrializados.

Essa escola vai defender também, um estudo acerca dos países periféricos, partindo da crítica à literatura econômica da época, que praticamente em sua totalidade apresentava tão somente análises a respeito dos países centrais. Os estudiosos¹² que integravam a escola cepalina enfatizavam que a justificativa da necessidade desse estudo específico para os países ditos subdesenvolvidos estava no fato de suas estruturas serem consideravelmente distintas do objeto de estudo que dominava o pensamento econômico à época - os países desenvolvidos – e, apenas um estudo mais detalhado destas, subsidiaria a compreensão e formação de elementos que permitissem intervir na periferia, visando a correção de suas estruturas.

A escola Cepalina tem sua origem nos estudos desenvolvidos pela Comissão Econômica para América Latina – CEPAL e terá no argentino Raúl Prebisch sua grande referência. Ao fazer um estudo sobre a relação entre os preços dos produtos finais da indústria e os preços dos produtos primários para um período de aproximadamente 70 anos (1876-1947), conforme apresentado no Quadro 01, Prebisch deixa evidente a deterioração dos preços dos produtos primários em favor dos preços dos produtos finais da indústria. Por exemplo, para o período 1946-1947, com a mesma quantidade de produtos primários estabelecida para a série de anos, era possível comprar apenas 68,7% dos

¹² Pode-se citar aqui, por exemplo, Aníbal Pinto, Celso Furtado e Raul Prebisch.

produtos finais da indústria que se comprava no início do período analisado (1876-1880).

Quadro 01. Relação entre os preços dos produtos primários e dos artigos finais da indústria

Período	Quantidade de artigos finais da indústria que é possível comprar com determinada quantidade de produtos primários
1876-1880	100
1881-1885	102,4
1886-1890	96,3
1891-1895	90,1
1896-1900	87,1
1901-1905	84,6
1906-1910	85,8
1911-1913	85,8
-	-
1921-1925	67,3
1926-1930	73,3
1931-1935	62
1936-1938	64,1
-	-
1946-1947	68,7

Fonte: Prebisch (2011a)

Como os produtos primários eram produzidos pelos países latino-americanos e os produtos industrializados eram produzidos pelos países desenvolvidos, tornava-se óbvio que essa relação de preços era prejudicial aos primeiros em benefícios destes últimos. Ampliando-se ainda mais a distância centro-periferia¹³.

¹³ Prebisch vai dividir os países capitalistas em dois grupos, centro e periferia. Os países desenvolvidos, caracterizados por se apresentarem altamente industrializados e por oferecer elevada condição de vida para sua população eram agrupados em torno da denominação “centro”. Já os países subdesenvolvidos, caracterizados por apresentarem pequenos ou nenhum nível de industrialização, com um baixo nível de vida para suas populações, rol onde se incluíam os países latino-americanos, agrupados em torno da denominação “periferia”.

Diante do enorme distanciamento entre o centro e a periferia, Prebisch vê a industrialização como único meio apresentado para as economias periféricas alcançarem uma parte do fruto decorrente do progresso técnico e com isso, conseguir elevar gradativamente o nível de vida de sua população. A indústria seria responsável por empregar a mão de obra advinda do setor primário, à medida que este se modernizasse, oferecendo um emprego mais produtivo por trabalhador.

O fato de se industrializar não seria incompatível com o eficaz desenvolvimento do setor primário; em verdade, ambos se complementariam. A exportação de produtos primários proporcionaria recursos financeiros adicionais a serem utilizados na importação de bens de capital, os quais seriam necessários para a modernização, tanto do setor primário como do setor industrial. Tornava assim, premente, a necessidade de se elevar a proporção de capital por trabalhador em todos os setores (GURRIERI, 2011).

O aumento da produtividade implicaria elevação da renda *per capita* devido ao fato de a renda aumentar mais que a população. Daí decorreria, porém, um fator de instabilidade que é o aumento das importações, pois à medida que a economia se desenvolvesse, aumentaria a pressão por novos bens de capital para dar continuidade ao processo, conforme já citado. Além do que, haveria uma tendência, nos países periféricos a uma imitação dos padrões de consumo dos países centrais e uma elevação na renda implicaria elevação nas importações também para esses fins. Observava-se, em última instância, um desequilíbrio na balança de pagamentos. O problema era posto pelo fato de a capacidade de importação não crescer em mesmo ritmo à necessidade de importação. Esta última tenderia a crescer em ritmo bem superior à primeira (GURRIERI, 2011). O desenvolvimento econômico, conforme Prebisch (2011b, p.190) “não se manifesta em um desequilíbrio único, e sim numa sucessão de desequilíbrios”. Daí a necessidade de atuação do Estado objetivando minimizar esses efeitos perversos decorrentes dos desequilíbrios que surgem ao longo do processo de desenvolvimento.

Outro intelectual de relevante contribuição para a formação e o fortalecimento do pensamento cepalino foi Aníbal Pinto. Ele denunciou a tendência à desigualdade e à concentração de renda que seriam decorrentes do estilo de desenvolvimento adotado predominantemente na América Latina.

Aníbal Pinto estudou os mais diversos problemas que eram comuns às economias latino-americanas, tais como: heterogeneidade estrutural, inflação, distribuição desigual da renda, incorporação desigual do progresso técnico, financiamento do desenvolvimento, entre outros. Esses estudos se pautavam na necessidade de compreensão das estruturas vigentes nessas economias para assim, a partir disso, buscar solucionar os problemas existentes via melhoramento das mesmas (SERRA, 1998).

Criticou duramente a atuação do Fundo Monetário Internacional - FMI na região latino-americana, denunciando que a forma de intervenção e de orientação do mesmo acerca das políticas econômicas que deveriam adotar os países situados nesta região não os conduzia ao desenvolvimento econômico; ao contrário, acabava por fragilizar ainda mais suas economias (PINTO, 1960).

O Quadro 02 busca esboçar uma síntese sobre as principais formulações apresentadas pela corrente estruturalista e que buscam identificar as principais características encontradas no conjunto de países que compõem a América Latina, observando os impactos decorrentes dessas características no crescimento e na industrialização destes países.

Quadro 02. América Latina: síntese da formulação estruturalista original

Características das economias latino-americanas	Incidência na industrialização e no crescimento
Baixa diversidade produtiva	Necessidade de investimentos simultâneos em muitos setores – processo muito exigente em matéria de poupança, investimento e divisas estrangeiras
Especialização em agricultura e mineração	Limitada capacidade de gerar divisas externas devido à baixa demanda mundial por exportações à deterioração dos termos de intercâmbio, assim como à forte demanda por divisas gerada pela

	elevada elasticidade-renda das importações
Dualidade (ou forte heterogeneidade tecnológica) – coexistência de setores com alta produtividade e de setores com abundante ocupação de mão-de-obra a níveis próximos aos de subsistência	Baixa produtividade média e reduzido excedente como proporção da renda
Institucionalidade inadequada e falta de capacidade empresarial	Baixa propensão a poupar e a investir, e insuficiente acumulação de capital e progresso técnico (parte do excedente é desperdiçado em consumo supérfluo e investimentos improdutivos)

FONTE: Bielschowsky (2010)

Chamava-se a atenção para a forte heterogeneidade estrutural que era encontrada nas economias periféricas e que não se verificava nas economias centrais. Conforme indicou Rodriguez (1981, p.38), “Em contraste com a estrutura produtiva da periferia, especializada e heterogênea, a dos centros se caracteriza por ser diversificada e homogênea”.

As teses cepalinas seguem a inspiração kaleckiana e keynesiana da necessidade de atuação do Estado, a qual deve se dar por meio do planejamento como um mecanismo para se alcançar o desenvolvimento. Segundo Vieira (2007, pp.198 e 199), “o planejamento e o Estado interventor aparecem como decorrências naturais do modo pelo qual o pensamento cepalino encara as contradições da indústria no mundo periférico”.

No que tange à manifestação do pensamento cepalino no Brasil, pode-se citar a experiência de Furtado, quer por meio do Plano Trienal¹⁴, quer por meio da Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ou

¹⁴ O Plano Trienal foi elaborado almejando controlar o déficit público e a inflação. Visava também implementar reformas estruturais consideradas fundamentais para a economia brasileira.

ainda, a sua atuação no convênio CEPAL-BNDE¹⁵, atuações no plano político por meio de instrumentos de inspiração da CEPAL, buscando interferir no processo histórico brasileiro. Dar-se-á ênfase ao caso da SUDENE, a qual pode ser vista como um laboratório de manifestação concreta do pensamento de Furtado e, ademais, convém ressaltar que o Plano Trienal não chegou a ser executado. Já no tocante ao convênio CEPAL-BNDE é conveniente lembrar que por meio dele foi preparado um manual de técnica de Planejamento pela CEPAL, sob direção de Furtado, que foi utilizado na elaboração do Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek (FURTADO, 2002).

Partindo do diagnóstico de uma destoante e crescente desigualdade entre as regiões brasileiras foi criada a SUDENE, tendo Furtado como primeiro superintendente. A proposta era a partir da compreensão da realidade da região Nordeste, atuar visando à reversão do quadro de pobreza e miséria, dinamizando a economia por meio de uma força autogeradora, tendo na indústria seu ponto fulcral. A análise centro-periferia utilizada pela CEPAL foi feita para comparar as regiões Centro-Sul¹⁶ e Nordeste, onde o Centro-Sul desempenhava papel de centro e o Nordeste se enquadrava como periferia. Partia-se da ideia de que o atraso acumulado podia ser corrigido por meio da intervenção estatal planejada, principalmente via incentivo à industrialização (FURTADO, 1998). Com o golpe de 1964, Furtado foi exilado e a SUDENE passou a ter outra orientação.

Convém ainda citar o trabalho desenvolvido por Tavares (2011), interpretando os estrangulamentos econômicos advindos de um conjunto de estruturas precárias a caracterizar os países periféricos.

Como observa Almeida Filho *apud* Lima Junior (2014, p.16),

... a CEPAL contestou abertamente a Lei das Vantagens Comparativas e a inserção internacional das economias latino-americanas que, mantidas as condições do imediato pós-guerra, estariam condenadas a uma situação permanente de atraso. A proposição dominante neste campo apontava para uma ação do Estado que quebrasse as barreiras à disseminação do capitalismo (...) A proposta da CEPAL, como

¹⁵ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atualmente, BNDES.

¹⁶ Conforme explica Furtado (2009a, p.89), "A região Centro-Sul (...) compreende os estados litorâneos, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, e os estados mediterrâneos (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás)". Convém lembrar que neste período em que ele escreve os estados de Mato Grosso e Goiás ainda não haviam sido divididos dando origem a mais dois estados, Mato Grosso do Sul e Tocantins.

sabemos, foi a da industrialização pela ação ativa do Estado. Denotava assim da formulação cepalina que a condição de subdesenvolvimento não era uma condição inalterável, que não pudesse ser modificada pela ação interna, isto é, não havia um determinismo histórico da condição de subdesenvolvimento.

Ao apresentar um modelo alternativo de desenvolvimento econômico que partia do reconhecimento do atraso e da tendência à continuidade do mesmo para as economias periféricas, o pensamento cepalino cresceu e se disseminou. Atraiu a atenção de inúmeros estudiosos das mais distintas áreas do conhecimento que se engajaram nesta missão de entender as especificidades do subdesenvolvimento e de buscar meios de superá-lo.

A tentativa de explicar as suas realidades, o porquê de tantas diferenças e quais os caminhos para construir uma sociedade melhor, despertou o interesse de todos os estudiosos apresentados neste capítulo. Suas propostas de superação de pontos nevrálgicos, que os mesmos apontaram como impeditivos do desenvolvimento devem ser constantemente retomadas e adaptadas para as distintas realidades. Furtado, sob um prisma crítico de análise, observou quais elementos podiam ser utilizados e quais careciam de uma nova interpretação para entender e se debruçar sobre as possibilidades de desenvolvimento que se apresentavam às realidades periféricas.

O Brasil, dada a dinamicidade e a heterogeneidade de suas estruturas pode ser analisado, do ponto de vista do desenvolvimento, sob diversas perspectivas. Quais os caminhos condutores ao desenvolvimento? Mais ou menos ação do Estado? Os agentes maximizam suas utilidades? Dentro da reprodução ampliada do capital e da busca pela elevação da mais-valia, como tem atuado o proletário? A industrialização é garantia de desenvolvimento? Essas são algumas perguntas a suscitarem a reflexão, pautadas em assuntos abordados ao longo do presente capítulo. Há inúmeros problemas a persistirem na realidade brasileira ao longo do tempo, muitos deles denunciados por Furtado décadas atrás, mas que se interligam a conjunturas e estruturas nacionais e globais. Daí a necessidade de se debruçar com mais afinco na compreensão dos mesmos, o que será feito no capítulo seguinte.

CAPITULO 2

O SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO À LUZ DO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

“A rigor, o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, melhor, é uma das formas que historicamente assumiu a difusão do progresso técnico. O fato de que as estruturas que o conformam se hajam reproduzido no correr dos anos não nos autoriza a prever sua permanência futura. Mas podemos afirmar que a tendência dominante é no sentido dessa reprodução.”

(Celso Furtado, O subdesenvolvimento revisitado)

O mundo se apresenta formado por diversos países com distintas características. Destarte, dadas as suas especificidades, é possível identificar a predominância de elementos socioeconômicos semelhantes e assim agrupar esses países em torno de dois grandes grupos: os desenvolvidos e os subdesenvolvidos¹⁷, uma vez que o trabalho não trata de teorizar as diferenças entre estes conceitos e sim de apresentar uma linha de pensamento que diferencia estas estruturas. Conforme foi visto no capítulo anterior quando da análise da escola cepalina, os estudos dominantes na ciência econômica tinham por objeto de análise as economias desenvolvidas, daí ter ganhado força a ideia da realização de análises mais profundas acerca das estruturas subdesenvolvidas. E entre os estudiosos da CEPAL e um dos pioneiros nesse tipo de análise é que se destaca Celso Monteiro Furtado (1920-2004).

2.1 A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM CELSO FURTADO

Provavelmente, o fato de nascer e crescer em um país que apresentava uma heterogeneidade estrutural tão marcante inquietasse o intelecto Furtado e o tenha instigado a tentar compreender melhor essa situação para, a partir daí, apontar caminhos de superação. O que certamente se reforça com suas viagens pelo mundo e a constatação que dessas decorre, de que alguns países são radicalmente distintos de outros em suas estruturas socioeconômicas. A

¹⁷ NOTA METODOLÓGICA: No presente trabalho, as palavras centrais, centro, desenvolvidos, Primeiro Mundo e “avançadas” são utilizadas como sinônimas. Assim como as palavras “atrasadas”, subdesenvolvidos, Terceiro Mundo, periféricos e periferia também o são.

provocação deve se dar acerca da indagação aos motivos que levaram algumas economias modificarem suas estruturas ao longo do tempo e outras não realizarem nenhuma modificação significativa, aparentando viver uma situação estática ao longo do mesmo, uma situação de “atraso” que se perpetua sem nenhuma tendência à modificação. Sua produção bibliográfica de expressivo alcance começa a ser produzida a partir da década de 1950 e seguirá até o final de sua vida.

Para ajudá-lo na missão de compreender essa condição desfavorável em que tantos países se enquadravam, duas perguntas se mostram fundamentais: “Que caminhos nos trouxeram ao subdesenvolvimento? Trata-se de um estágio evolutivo ou de uma conformação estrutural que tende a reproduzir-se?” (FURTADO, 2013b, p.53). Para auxiliá-lo na resposta a esses questionamentos, usou de um instrumento que será uma constante em suas análises: a dimensão histórica. Neste ponto reside uma nítida influência da escola marxista e do método materialista histórico-dialético. Para entender as estruturas dos países, Furtado fez um mergulho no passado dos mesmos para compreender como que suas economias se constituíram; quais as forças sociais que se formaram; como estas forças, sociais e econômicas, se reproduziram e se comportaram ao longo do tempo; e, como elas influenciam a realidade atual dos mesmos. Conforme afirmou o próprio Furtado (1999, p.71), “Tive muito cedo a intuição de que não é possível ser cientista social sem uma visão de conjunto dos processos, que é dada pela História. Apaixonei-me por este tema”.

Furtado vai utilizar o conhecimento desenvolvido por diversas escolas do pensamento econômico, em especial, as escolas clássica, marxista, keynesiana e cepalina na construção de seu conhecimento. Embora discorde de alguns elementos defendidos por estas escolas, a sua crítica vai se concentrar mais fortemente sobre a escola neoclássica, até mesmo, por ser bastante difundida e defendida em sua época. Ele via como um relevante erro cometido pela escola neoclássica, por exemplo, a teorização de um único tipo de consumidor e a adoção de uma firma-padrão, o que não seria possível para se analisar os problemas do desenvolvimento econômico. Pois, era preciso atender para os diversos tipos de empresários, empresas e consumidores com distintos níveis de renda (D’AGUIAR, 2013).

O modelo de desenvolvimento de Furtado, entretanto, é tanto keynesiano quanto clássico ou marxista, à medida que no centro do problema estão, de um lado, o progresso tecnológico e a oferta, de outro, os salários e a demanda (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Furtado propôs um instrumental de análise específico para a realidade dos países periféricos, que privilegiasse as economias menos favorecidas e de estruturas tão distintas das dos países centrais do globo. Era preciso encontrar um modelo que se aplicasse ao mundo subdesenvolvido, vislumbrando conduzir o mesmo à independência dos modelos hegemônicos e favorecedores da dominação político-econômica dos países que estavam situados no Primeiro Mundo; sendo esta uma característica cepalina em seu pensamento.

O trabalho de Furtado deve ser visto como um esforço de buscar uma alternativa que permitisse às economias latino-americanas superar a asfixiante dominação dos Estados Unidos sem cair na rede de influência do bloco soviético. Tratava-se de encontrar uma terceira via entre as proposições liberais, incompatíveis com a industrialização das economias periféricas, e as teses marxistas, que propugnavam a ruptura radical com o sistema capitalista mundial (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p.174).

O subdesenvolvimento se pensava ser uma etapa comum, a qual, todas as economias se submeteriam até alcançar o desenvolvimento econômico, seguindo a linha *a la* Rostow. Pensava-se ser um caminho pelo qual todos os países teriam de passar até se tornarem desenvolvidos (D'AGUIAR, 2013). Destarte, passou-se a verificar que muitas das economias subdesenvolvidas permaneciam na mesma situação desfavorável, ainda que o tempo avançasse e, com esse avançar do tempo, o que se observava era que a distância entre as suas riquezas e a dos países centrais se tornava cada vez maior.

O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, impediu-a precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização (OLIVEIRA, 2003, p.126).

Furtado chamou a atenção para a necessidade de intervir racionalmente visando à mudança das estruturas dos países periféricos, almejando transformar as mesmas, de modo a assemelhar-se às estruturas dos países

centrais, para tanto, empreendeu esforço maior na compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento.

Desde seus trabalhos iniciais (1958, 2001a, 2008c), Furtado se propõe a entender a formação histórica do mundo subdesenvolvido. O amadurecimento de suas pesquisas (2000, 2001b, 2009b) o convence de que o provável é a perpetuação e o aprofundamento da dependência, ainda que possam ser alteradas mediante esforço profundo e conjunto de vários atores sociais. E já em seus trabalhos finais (1998, 2002), atenta com mais ênfase para outras formas de análise e interpretação do subdesenvolvimento, tais como a financeirização ampla da economia e os aspectos culturais.

2.2 FURTADO E A COMPREENSÃO DAS ESTRUTURAS SUBDESENVOLVIDAS

Uma das principais características que Furtado (2003, 2008b, 2009b) identificava para as economias periféricas era a forte heterogeneidade estrutural, ou seja, a presença concomitante em seus territórios de distintas estruturas, algumas modernas e outras arcaicas tecnologicamente. Havia setores que apresentavam produtividade elevada e faziam uso de tecnologias avançadas e outros setores a utilizar tecnologias primitivas e com produtividade mínima em relação à que se observava em outros locais que usavam tecnologias modernas. Convém não perder de vista que a heterogeneidade estrutural que se verifica na atualidade é distinta da verificada pela CEPAL e por Furtado em seus escritos iniciais. Em seus últimos trabalhos o mesmo já atentara ao novo cenário, caracterizado por tensões estruturais sem precedentes dada a elevada interconectividade com abrangência planetária e o vultoso poder concentrado nos mercados financeiros, os quais se encontram dominados por atividades especulativas cambiais e com um processo de globalização que avança cada vez mais aceleradamente, via esfera financeira, com a renda se concentrando em escala global (FURTADO, 1998).

Que significa, em última instância, essa heterogeneidade? Que o desenvolvimento econômico é um processo acentuadamente desigual: surge em uns pontos, propaga-se com maior ou menor facilidade a outros, tem vigor em determinados lugares, aborta noutros etc. Nem é nem poderia ser um processo uniforme, pois a

constelação de recursos e fatores que se apresenta em cada parte é obviamente diversa (FURTADO, 2009b, p.111).

O problema das economias subdesenvolvidas se trata acima de tudo, de problemas estruturais inerentes a cada uma delas. Torna-se necessário assim, rever as estruturas sob as quais se fundamenta cada país para, a partir daí, procurar mecanismos de aperfeiçoamento destas. Furtado enxergou aquilo que já existia, mas, que poucos conseguiram captar e sintetizar: a necessidade de fortalecer as estruturas dos países atrasados para que os mesmos pudessem assim, passar a oferecer condições dignas de vida às suas populações. As quais, em grande parte, usufruem limitadamente dos avanços e benesses do progresso econômico, sem acesso, por exemplo, à uma educação de qualidade, atendimento médico-hospitalar adequado ou mesmo, à uma moradia confortável e segura. Com isso, ele resgata ao debate econômico a busca pelo desenvolvimento.

Depreende-se da citação apresentada logo acima, que a quantidade de recursos e de fatores de que dispõem cada país é distinta entre eles. Nos países subdesenvolvidos, em geral, um problema que se apresenta é o da relativa escassez de capital. Daí a necessidade de pensar sua utilização de forma a obter dela, o maior benefício possível, procurando utilizá-lo para fins de transformação em direção ao desenvolvimento econômico. É preciso reconhecer a existência desse problema, ter uma visão global do mesmo, compreender as consequências que dele decorrem e buscar soluções para ele.

Uma teoria científica pressupõe a existência de problemas cuja solução é motivo de preocupação de algum grupo social. É indispensável, portanto, que se reconheça a existência do problema para que sua solução possa constituir objeto de especulação dos homens de pensamento. O desenvolvimento econômico, que tanto preocupava os primeiros clássicos em luta contra os resquícios do feudalismo, não voltou a constituir um “problema” senão, praticamente, em nossos dias (FURTADO, 2009b, p.81).

Furtado já havia atentado, em sua busca pela compreensão deste fenômeno, para o fato de que o subdesenvolvimento seria decorrente de um desequilíbrio existente entre a assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial em favor das inovações e as formas de consumo das populações. Em geral, muitos dos bens produzidos nos países

periféricos não se destinam à grande maioria de sua população, mas, tão somente, a uma pequena parcela desta e aos mercados externos.

O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização (FURTADO, 1994, p.8).

Outra importante observação é a de que a dependência dos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos se verifica no nível tecnológico (FURTADO, 2008b). Sendo absorvedores e mero copiadore dos processos produtivos utilizados pelos países centrais, os países periféricos se modernizam às custas da incorporação de novas tecnologias e da adoção desses processos. O cerne do problema está no fato de que o progresso tecnológico no Primeiro Mundo é poupador de mão de obra (escassas nesses países e abundantes nos do Terceiro Mundo) e intensivo em capital (abundantes nesses países e escassos nos do Terceiro Mundo). Ou seja, os países periféricos utilizam uma tecnologia inadequada para as suas realidades e não se preocupam em desenvolver as suas próprias, adequadas para os fatores produtivos de que dispõem. Ademais, para reiterar essa deficiência na iniciativa de desenvolvimento de tecnologia própria há, em geral, o problema da escassez de mão de obra qualificada em número suficiente para este fim. Outro fator gerador de dependência se encontra em nível das relações externas que podem se dar pelas seguintes formas:

- a) Exportação de produtos primários, estando o controle da produção em mãos de grupos locais;
- b) Controle externo da produção, comercialização ou investimento no nível de atividades ligadas ao mercado interno;
- c) Controle externo de atividades industriais dirigidas para a exportação (FURTADO, 2008b, p.46).

As economias periféricas necessitam desenvolver suas próprias tecnologias e fortalecer suas estruturas, para não serem meros reflexos do progresso tecnológico desenvolvido nos países centrais, ignorando suas particularidades. Para os países subdesenvolvidos, em geral, a dinâmica está tão somente na demanda, ao passo que nos países desenvolvidos está no

progresso tecnológico. Em outras palavras, nos centros a demanda é decorrente do progresso tecnológico e nas periferias ela é, por si só, o elemento propulsor da expansão das atividades econômicas.

Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico, é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do progresso tecnológico nos pólos dinâmicos da economia mundial. Contudo, convém assinalar que o elemento dinâmico não é a irradiação do progresso tecnológico, e sim o desenvolvimento da curva da demanda (FURTADO, 1968, p.3).

Essa dependência é também sistematizada dentro da perspectiva da reprodução das forças sociais em sincronia com as limitações à transformação aludida por Furtado:

Na ausência de mecanismos de transferência dos aumentos na produtividade do trabalho para salário, há uma inversão na relação de causalidade entre expansão da capacidade produtiva e formação dos mercados. Não é o desenvolvimento das forças produtivas que impulsiona as transformações nos padrões de consumo, mas o inverso: é a modernização dos padrões de consumo que condiciona o desenvolvimento das forças produtivas (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 179).

Ainda no tocante à dependência, outro ponto que merece menção é o fato das economias periféricas que por serem voltadas, principalmente, para as exportações, se comportam de acordo com o ritmo da demanda externa, ou seja, crescem somente quando há um aumento dessa demanda. Porém, uma queda expressiva nesta demanda, tende a desencadear efeitos perversos nestas economias. Também é relevante observar que oscilações nos preços dos produtos exportados desempenham papel semelhante a expansões ou contrações da demanda internacional por estes produtos. Enfim, essas economias apresentam uma situação de vulnerabilidade frente às oscilações do mercado internacional.

Essa vulnerabilidade se explica também pelo fato dos sistemas de decisão internos não serem soberanos e sintonizados, no mais das vezes, com o interesse nacional, mas, se desenvolvem no sentido de reforçar essa situação de dependência externa. Ademais, há situações conforme mostrado anteriormente, em que a produção, a comercialização e o investimento em

atividades relacionadas ao mercado interno, e também, as atividades manufatureiras relacionadas ao mercado externo, estão sob o controle de grupos estrangeiros (FURTADO, 2008b).

Disto decorre um ponto de importante reflexão, pois, se em diversas situações pode ocorrer de a atividade produtiva estar nas mãos de pessoas e empresas de outros países, esta economia se torna refém dos mesmos. Pode acontecer que estes agentes estrangeiros tenham objetivos distintos daqueles que são desenvolvidos pelo sistema político desse país, ou seja, seus interesses podem diferir dos interesses do país em questão.

Furtado (2009b) capta da realidade dos países periféricos a deficiente situação vivenciada em suas economias, que é o fato de a renda estar concentrada nas mãos de poucas pessoas e, como a grande parcela da população possui renda mínima, estas, demandam em termos monetários muito pouco por pessoa. Torna-se assim necessário que essa grande e “excluída” parcela da população passe a auferir alguma renda ou então se aumente essa mínima renda para que possam demandar mais produtos, o que faria com que se realizassem mais contratações de trabalhadores nas empresas para ampliar a produção que se busca. Esses novos trabalhadores contratados receberiam salários, mais produtos passariam a ser demandados e, assim, o círculo da economia se movimentaria se deslocando para um patamar superior de renda e de bem-estar. À medida que a renda aumenta, ampliar-se-ia o consumo de produtos dos diversos setores; como que de forma gradativa, o consumo se elevaria até atingir certos níveis passando a crescer também em outros setores, graças ao efeito de encadeamento que existe na economia. Preceitos da teoria keynesiana fundamentam esta análise furtadiana.

É fato comprovado pela experiência que a procura tende a modificar-se, no sentido da diversificação, sempre que se eleva o salário real médio. Inquéritos realizados entre os mais variados grupos sociais confirmam essa tendência à diversificação da procura. Assim, a procura de alimentos cresce sensivelmente nas primeiras fases do desenvolvimento, mas diminui seu ritmo de aumento uma vez atingidos certos níveis de renda real per capita. A procura de manufaturas de consumo cresce intensamente quando começa a diminuir o ritmo de crescimento do consumo de alimentos. Os bens duráveis de consumo, por seu lado, têm um comportamento específico (FURTADO, 2009b, p.92).

A concentração de renda também decorreria do fato de se tentar implantar em todos os países, modelos de desenvolvimento que fazem claramente com que o capital fique se acumulando apenas nas mãos de poucas pessoas, que já são proprietárias da maior parcela do mesmo. Ao passo que a grande maioria da população, a qual vive precipuamente do mínimo de salário possível que lhes é pago, acaba sendo “excluída” de aumentos nos ganhos em decorrência dessa maior concentração da riqueza. Um dos desafios impostos aos governos desses países no sentido de conduzi-los ao desenvolvimento é o de procurar diminuir essa concentração que lhes é característica. Furtado (1958, p.49) já dizia que “(...) não há dúvida alguma que o desenvolvimento exige e provoca essa redistribuição [da renda]”.

Entende-se que em um momento inicial se torna necessária essa acumulação para se refletir, posteriormente, em investimentos (FURTADO, 2008b). Contudo, em um momento seguinte, deveria esse ritmo de acumulação se reduzir mediante a participação, dos que são inicialmente “excluídos”, nos lucros e no aumento da renda. Porém, seria necessário mudar os padrões de consumo (pois os existentes em sua maioria são constituídos por uma alta propensão a importar, o que significa a remessa de divisas ao exterior) dessas sociedades. Entretanto, de forma compatível aos avanços tecnológicos desenvolvidos, os quais são necessários para dar sustentação às mudanças e dinâmicas da demanda de um país, na prática, não se verifica nas economias “atrasadas”.

A grande concentração de renda que se mantém ao longo do tempo se mostra um fator de empecilho à constituição de um mercado interno (FURTADO, 2009a). Para a formação e desenvolvimento deste mercado é preciso um vultoso volume de demanda de bens. E num cenário de renda concentrada nas mãos de poucos, poucos são os que têm capacidade para demandar os bens, o que limita e inviabiliza a constituição do mesmo. Afinal, a transição de uma economia voltada para o mercado externo para uma voltada para o mercado interno não é uma tarefa fácil e requer a aplicação de grande volume de capital e um fluxo contínuo de produção e consumo, o que não é viável se a população que adquire esses bens for de número reduzido (D’AGUIAR, 2013).

Furtado observou que a concentração de poder nas mãos de poucos é uma realidade crescente na globalização e que no Brasil a renda não está concentrada para viabilizar um maior volume de investimentos, via poupança, mas tão somente para aumentar o consumo dos mais ricos (FURTADO, 2002).

Como as economias subdesenvolvidas são caracterizadas, precipuamente, por terem sua produção voltada para o mercado externo, a capacidade que elas têm de formar um mercado interno está diretamente relacionada com a quantidade de mão de obra que suas atividades produtivas absorvem; quanto maior a absorção de mão de obra nessas atividades, maior a sua capacidade, e vice-versa. Porém, observa-se que a maior parcela da população se emprega em atividades com baixos índices de produtividade e salários, o que limita sua capacidade de demanda. Os setores que apresentam elevada produtividade e pagam melhores salários, são intensivos em capital e empregam pouca mão de obra, além de possuírem uma pequena dimensão dado o conjunto da economia. No mercado interno também se verifica que boa parte do que é produzido, segundo o sistema de divisão internacional de trabalho, se destina ao consumo dos habitantes dos países desenvolvidos e às minorias privilegiadas dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 2003).

O que se verifica de forma ainda mais evidente nos países subdesenvolvidos é a reprodução de uma estrutura de privilégios para uma pequena parcela da população. Ademais, a expansão internacional das empresas, quase todas oriundas do Primeiro Mundo, desencadeou um processo de concentração de rendas em favor dos centros de tomadas de decisões e do capital dessas empresas, reforçando essa estrutura de privilégios para poucos (FURTADO, 2008a).

Essa estrutura de privilégios concentrados para poucos tende a seguir a lógica da concentração do capital, com poucos possuindo muito capital e muitos ficando com quase nada. Essa mesma lógica de desigualdade na renda também se reproduz no espaço por meio da análise das desigualdades regionais. Furtado (2009a) observou esta tendência de criação das desigualdades junto com o desenvolvimento econômico. Alertou para o risco de uma institucionalização da desigualdade quando se atinge certos níveis extremos, sendo quase impossível de ser revertido, daí a necessidade de agir sempre em busca de minimizar as diferenças entre os espaços.

Trouxe a análise centro-periferia para dentro de um mesmo país e, observou a situação de que “a região mais pobre contribui com seus recursos para financiar o desenvolvimento da mais rica” (FURTADO, 2009a, p.74). Para o caso brasileiro, seus estudos vão se centrar na análise comparativa das regiões Nordeste e Centro-Sul. Observou que a renda do Nordeste era inferior à do Centro-Sul e que havia tendência natural de agravamento das disparidades entre as duas regiões em níveis de desenvolvimento econômico, em virtude do crescimento em ritmos diferenciados, com a região mais pobre crescendo em ritmo inferior à mais rica. Em outros termos, o Nordeste se tornava a cada dia, uma região mais pobre, em termos relativos, e o Centro-Sul uma região mais rica.

O ritmo de crescimento econômico do Centro-Sul é sensivelmente mais intenso que o da região Nordeste. Por exemplo, se a participação do Nordeste no produto bruto da economia brasileira, antes da guerra, em 1939, era de cerca de 30%, hoje em dia¹⁸ é apenas de 11%. Trata-se de uma disparidade crescente, que se agrava todos os dias. É possível que já tenha atingido um ponto em que a reversibilidade não seja fácil (FURTADO, 2009a, p. 33).

Partindo deste diagnóstico de destoante e crescente desigualdade entre as regiões brasileiras foi criada a SUDENE¹⁹, embasando-se nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), tendo Furtado como seu primeiro superintendente. A proposta consistia em compreender a região Nordeste, para assim atuar visando a reversão do quadro de pobreza e miséria, dinamizando a economia por meio de uma força autogeradora, capaz de gerar e dar sustentação ao seu próprio dinamismo, tendo na indústria o seu ponto fulcral. A análise centro-periferia utilizada pela CEPAL foi feita via comparação das regiões Centro-Sul e Nordeste, segundo a qual o Centro-Sul desempenhava papel de centro e o Nordeste se enquadrava como periferia.

¹⁸ Ano de 1959.

¹⁹ O processo de criação da SUDENE não foi tão simples. Diante de forte seca que assolou a região Nordeste no ano de 1958 e com a vitória de candidatos oposicionistas para governador em vários estados desta mesma região, o presidente Juscelino Kubitschek resolve agir visando contornar a situação e ampliar sua base política no Nordeste. Amparando-se nos trabalhos do GTDN a SUDENE, após vencer o marasmo decorrente do oposicionismo encontrado no Congresso, foi aprovada e instituída.

Buscando entender a origem das disparidades entre as regiões Nordeste e Centro-Sul, e no intento de compreender a especificidade do atraso nordestino, Furtado faz um mergulho na gênese da questão nordestina, para captar a essência de seu quadro econômico e social.

Critica o agrarismo, pois, para ele não era racional o Brasil ser dependente da agricultura extensiva como meio de alcançar o desenvolvimento. Propôs uma mudança nas estruturas agrárias da região Nordeste, observando as especificidades de cada uma de suas zonas (da mata, agreste e semiárida).

Atentava também para o elemento político, ou seja, a necessidade de homens públicos agirem pautados por compromissos éticos visando o bem comum, acima dos particularismos tão frequentes nesse meio. Desenvolvendo a formação de uma classe dirigente habilitada a formular e conduzir um projeto nacional de desenvolvimento (FURTADO, 1998).

A atuação da SUDENE deveria se dar a partir de 04 (quatro) pontos norteadores: a busca pela intensificação dos investimentos com fins industriais, visando criar um centro autônomo na região; modificar a economia agrícola da faixa úmida, almejando proporcionar uma oferta de alimentos que atendesse suficientemente a demanda dos centros urbanos; transformar de maneira progressiva a economia da zona semiárida, buscando elevar a produtividade e torná-la mais resistente aos impactos decorrentes das secas e; deslocar a fronteira agrícola do Nordeste, buscando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, as quais estariam em condições de receber os excedentes populacionais oriundos da reorganização da economia da faixa semiárida (FURTADO, 2009a). Com o golpe militar de 1964, a orientação que passou a nortear a atuação da SUDENE se modificou em relação ao projeto inicial.

Furtado, assim como os demais estruturalistas, vê a industrialização como um importante caminho para superar a condição subdesenvolvida em que se encontravam muitas economias. Torna a lembrá-la como receituário constante em Prebisch (2011a, p.96), que chamava a atenção para o fato de que “Ela [a industrialização] não constitui um fim em si mesma, mas o único meio de que dispõem [os países novos] para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o nível de vida das massas”.

A noção de industrialização não se refere unicamente ao setor industrial, mas também, a todos os setores da economia, os quais deverão crescer para satisfazer a procura global que tende a se diversificar a partir da expansão dos rendimentos (FURTADO, 2000).

Destarte, essa industrialização deve se dar mediante a atuação do Estado²⁰ para intermediar os conflitos e orientar a alocação dos recursos em setores estratégicos, nos quais, os lucros ainda não cessaram. Buscando levar toda a economia a uma situação de homogeneização das estruturas produtivas, assim como, procurando distribuir entre todos os agentes, ainda que essa distribuição não ocorra de forma igualitária, os frutos decorrentes do aumento da produtividade que deverá ocorrer na economia.

Nas atuais economias subdesenvolvidas (...) a industrialização em condições de *laissez-faire* não conduz ao desenvolvimento, entendido este como homogeneização da estrutura produtiva e difusão crescente dos frutos do aumento da produtividade. Pelo contrário, a industrialização nessas condições tende a engendrar uma estrutura produtiva de múltiplos compartimentos, com grande disparidade na produtividade do trabalho entre estes, sem que os níveis de produtividade influenciem, de forma significativa, as taxas de salários (FURTADO, 2000, pp.294-295).

Diante do processo de expansão das atividades produtivas para além de um determinado território, se verifica que para as empresas industriais há uma desconcentração espacial segundo a qual as unidades produtivas tendem a se especializar em determinados processos produtivos que se integram entre si (FURTADO, 2008a). E em meio a esse processo de transnacionalização se observa que essas empresas industriais vão procurar se instalar

(...) ali onde existe acesso fácil a uma mão-de-obra semi-qualificada de baixo nível de salários, os processos de montagem e acabamento, perto dos mercados de consumo, os processos poluentes, ali onde a legislação é menos restritiva, e assim por diante (FURTADO, 2008a, p.49).

Acontece, porém, que quando a industrialização ocorre sem a atuação do Estado visando minimizar as desigualdades que dela decorrem, ao invés de ajudar na redução das heterogeneidades, tende a reforça-las e ampliá-las. Conforme Furtado (2009a, p.32), “as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração”. E

²⁰ Assim como defendido pelas escolas kaleckiana, keynesiana e cepalina, Furtado vê o Estado como importante agente na condução ao desenvolvimento econômico.

essa exploração também tende a se manifestar dentro do próprio território, com a indústria crescendo à medida que a economia primária vive situação de aparente estagnação ou empobrecimento. Verifica-se que prevalece “a tendência das economias industriais, em razão de sua forma de crescer, a inibir o crescimento das economias primárias” (FURTADO, 2009a, p. 32).

Também se observa que onde a industrialização se desenvolveu de forma livre, sem uma atuação do Estado intervindo em favor da redistribuição dos lucros, o que se observou foi o agravamento do dualismo presente no mercado de trabalho, sem reduzir o subemprego urbano e rural (FURTADO, 2003).

Tem-se logo abaixo um gráfico que mostra a relação entre a produtividade marginal do trabalho e taxa de salário e a mão-de-obra, no qual:

P₁ = indústrias de alto coeficiente de capitalização

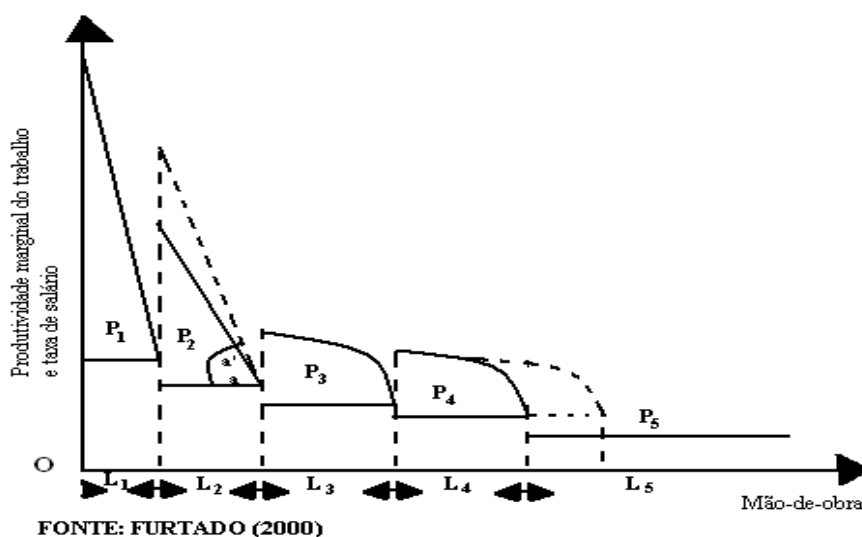
P₂ = indústrias de baixo coeficiente de capitalização

P₃ = serviços, inclusive obras públicas

P₄ = agricultura capitalista para os mercados interno e externo

P₅ = setor pré-capitalista: agricultura e artesanato tradicionais

GRÁFICO 01. Relação entre produtividade marginal do trabalho e taxa de salário e mão-de-obra.



Observa-se no Gráfico 01 que o salário máximo pago ao trabalhador está em P₁, porém, em todos os setores a taxa de salários está determinada

como reflexo do nível de vida em P5, exercendo este último na verdade, uma função de depósito de mão-de-obra barata.

O impacto decorrente de um impulso de crescimento depende, antes de mais nada, do setor onde se processa essa procura. Caso ele se origine em P1, onde a relação capital-trabalho é elevada, pouco impacto o efeito multiplicador exercerá na economia. Contudo, caso se realize em P4 ou P5 o efeito multiplicador será gigantesco. Destarte, em razão do fato de que a produtividade marginal do trabalho se apresenta elevada em P1, é para este setor que os capitais deverão se direcionar, buscando obter sua reprodução de forma mais acelerada. Assim sendo, esses capitais também migrarão dos setores de menor produtividade para os de maior produtividade, beneficiando os setores próximos a P1, o que implica a importação de máquinas e tecnologias externas.

Uma vez que a estrutura do sistema produtivo se configura da forma que vimos de expor, as possibilidades de absorção do excedente de mão-de-obra se farão cada vez mais remotas. Como o coeficiente de capital tende a elevar-se não apenas em P1 e P2 mas também em P3 e P4, a tendência à concentração da renda se acentua, o que significa que os investimentos privados se voltarão cada vez mais para P1 aumentando concomitantemente a pressão sobre a balança de pagamentos (FURTADO, 2000, p.298).

Verifica-se para os países periféricos que um aumento de produtividade não se traduz, via de regra, em aumentos de salários e, conseqüentemente, das condições de vida da massa trabalhadora. Traduz-se em aumento dos lucros e se concentra nas mãos dos grupos de altas rendas, refletindo-se na diversificação de suas demandas. Isto em razão de a classe trabalhadora não ser organizada suficientemente para pressionar o rateio dessa renda adicional decorrente do aumento da produtividade (FURTADO, 2003).

O excedente que decorre da produção em um país subdesenvolvido tende a ser absorvido por seus grupos de alta renda (sendo utilizado para demandar novos produtos, por meio de importações, o que significa a transferência desse excedente para o setor externo) ou por grupos do exterior (FURTADO, 2008b). Esses grupos do exterior detêm investimentos produtivos e/ou financeiros nesses países, como é o caso, por exemplo, das transnacionais ou instituições financeiras que concedem empréstimos a agentes privados ou públicos desses países. Como observa Furtado (2008b,

p.45), “(...) na sociedade capitalista o excedente, alimenta a acumulação, a qual dá origem a novo excedente”.

O excedente de mão de obra que se verifica como uma situação frequente nos países do Terceiro Mundo tende a contribuir sobremaneira para fixar os salários em baixos níveis. E, independentemente de aumentos nos níveis de produtividade, tendem a permanecer nesses níveis em razão da grande massa de desempregados²¹ que assegura esse poder de barganha aos empresários quando da negociação de salários (FURTADO, 2003).

A classe trabalhadora, nos países subdesenvolvidos, em regra, não é bem organizada em virtude da existência de uma grande oferta de mão de obra que tende a pressionar o mercado de trabalho e a fortalecer o poder de negociação dos empresários.

Furtado ao observar o desenvolvimento das sociedades capitalistas, acusa a existência de dois grandes eixos em torno dos quais se organizam as forças produtivas que impulsionam o mesmo: os agentes que se interessam diretamente pela acumulação de capital e os agentes que buscam uma difusão social da riqueza que decorre do aumento da produtividade do trabalho (FURTADO, 2008a). Ambos os interesses entram em conflito de forças e cabe ao Estado atuar no papel de mediador desse conflito de interesses. Acontece que, e isso é mais evidente nos países periféricos, o Estado é mais influenciado por aqueles que ocupam o primeiro grupo, principalmente pelo fato de que integrantes e representantes desse grupo, em geral, ocupam os cargos de mais alto nível hierárquico dentro do mesmo. Ademais, diante do fato de que este primeiro grupo se apresenta bastante organizado em defesa de seus interesses e o segundo grupo possui, via de regra, baixo nível de organização, precipuamente, conforme já apontado em momento anterior, em razão do grande excedente de mão de obra a pressionar o mercado de trabalho, é comum que o poder e os interesses do primeiro se sobreponham aos do segundo.

Decorre também da vitória do primeiro grupo neste campo de forças, que significativa parcela de renda que fica em suas mãos é transferida para os

²¹ A grande massa de desempregados e o impacto que daí decorre na determinação dos salários foi também abordada quando da análise sobre a escola marxista, dentro de uma perspectiva do papel desempenhado e da relevância do “exército industrial de reserva”.

países desenvolvidos, via remessa de lucros das filiais de suas empresas instaladas no país ou mediante a importação de seus bens para atender ao consumo dos que integram este grupo. Observa-se que o capital tende a fluir em direção ao centro do sistema capitalista reforçando a dependência da periferia em relação ao centro. Verifica-se assim, para os países subdesenvolvidos, uma crescente heterogeneidade social (FURTADO, 2008a).

Dentro desse quadro de heterogeneidade social comum aos países subdesenvolvidos, Furtado (2002) observa que um dos graves problemas que se verifica é o déficit habitacional. Grande parcela da população destes países não tem condições de arcar com as despesas de aluguel de uma casa digna para viver e por isso vão abrigar-se em barracos ou casas improvisadas. Já outra significativa parcela que vive em casas alugadas, destina para este fim quantidade não desprezível de seus salários. Caso a habitação fosse própria, este recurso empregado no pagamento de aluguel poderia ser utilizado para ampliar o consumo ou então seria poupado, ampliando o crédito à disposição no setor bancário. Além do que, a construção de tantas residências para servirem de moradia própria geraria vultosa quantidade de empregos, tendo em vista que, o setor da construção civil utiliza intensamente o insumo trabalho. Os salários pagos a tais trabalhadores incrementariam ainda mais a economia do país. Referindo-se ao caso do Brasil, pode-se supor como é de extrema relevância o assunto.

Com efeito, o déficit habitacional é o grande empecilho para superar-se o quadro de pobreza. Os 53 milhões de pobres e miseráveis brasileiros não têm como pagar um aluguel, muito menos como possuir uma moradia. Suprir esse déficit exige um investimento a longo prazo, uma massa de recursos que podemos estimar em 4% do produto nacional.(...) Daí a importância de aumentar a poupança. É espantoso que com uma renda média alta, de quase 5 mil dólares, o Brasil tenha uma taxa de poupança tão baixa. Se voltássemos aos patamares de 24, ou até 25%, haveria recursos suficientes – sem precisar recorrer ao endividamento externo – para enfrentar o problema dos investimentos reprodutivos e o do atraso na construção civil (FURTADO, 2002, p.18-19).

Outro grande problema comum às nações subdesenvolvidas apontado por Celso Furtado é o fato de suas elites tentarem reproduzir o padrão de vida dos países desenvolvidos, com o importante detalhe de que suas rendas estão de maneira geral, abaixo das dos países do Primeiro Mundo. Haveria, pois um “efeito demonstração” por meio do qual as elites tentariam imitar os costumes

de vida das classes altas dos países desenvolvidos e, esta influência atingia a todas as classes da economia, as quais acreditariam ser este padrão de vida um requisito para aquisição de *status* elevado na sociedade. A ostentação de todo esse consumo teria como consequência a fuga de vultosa riqueza da nação em direção aos países do Primeiro Mundo. Eram apontadas pelo autor para se corrigir esse desequilíbrio duas possíveis soluções: a desvalorização substancial da moeda (o que faria com que se necessitasse maior quantidade de moeda nacional para adquirir uma mesma quantidade de produtos estrangeiros) ou a introdução de uma série de controles seletivos sobre as importações (FURTADO, 2008c).

Diante dessa tentativa comum e errônea, segundo ele, as elites enviam vultosas quantias de recursos que deveriam ser invertidos dentro do país, para os países já desenvolvidos por meio de gastos supérfluos.

No nosso caso, poderia-se pensar também em alguma forma de imposto que incidisse sobre gastos supérfluos, carros importados, bens de luxo, certas viagens ao exterior, que levam o país a gastar os milhões de dólares que não tem (FURTADO, 2002, p. 22).

Tornava-se para o autor, necessária a busca pela identidade da nação, valorizando seus costumes e sua cultura, sem achar que o modelo correto é aquele utilizado pelos países desenvolvidos, mas sim, compreender que o seu também está correto, sendo apenas diferente.

A primeira condição para libertar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se autointitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização em que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto (FURTADO, 1998, p.67).

O problema que se apresenta diante deste intento de reproduzir em todos os países os padrões de vida do mundo desenvolvido é que este padrão degrada rapidamente os recursos naturais do planeta. O modelo utilizado pelos países “avançados” é insustentável em termos ambientais em longo prazo. Sem contar com o fato de que uma generalização desse modelo para todas as nações do globo levaria o mundo ao colapso, podendo inclusive, por em risco a sobrevivência da espécie humana. Observa-se assim, que a ideia que todos os povos pobres poderão algum dia viver com o mesmo padrão de vida dos atuais povos ricos e que faz com que suas populações aceitem enormes sacrifícios

almejando em troca alcançar esta condição, é simplesmente irrealizável (FURTADO, 2001b).

Uma das relevantes contribuições do autor é a concepção de que a intervenção estatal é a maneira de condução adequada ao melhoramento das estruturas dos países subdesenvolvidos. Para o mesmo, a questão do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos seria algo bastante complexo, necessitando da atuação do Estado, pois, somente este conseguiria utilizar a capacidade produtiva existente. A atuação estatal deveria ocorrer mediante o uso do planejamento, buscando maximizar a racionalidade do Estado no tocante à aplicação da constelação finita de recursos de que o mesmo dispõe. Referindo-se ao Brasil, por exemplo, afirma que cabe ao Estado “desenvolver as enormes potencialidades deste país” (FURTADO, 2009a, p.35).

Furtado observou que as mudanças estruturais são condições necessárias ao desenvolvimento, destarte, não ocorrem de maneira espontânea via interação entre oferta e demanda, com as livres forças do mercado, mas sim, via vontade deliberada do ente público, no caso o Estado, via projeto político pautado na reconstrução de certas estruturas consideradas inadequadas (FURTADO, 1998).

Ele compreendia o capitalismo como um sistema que parte de uma relação custo-benefício e que, a partir da autonomia decisória dos agentes haveria desequilíbrios econômicos. Acreditava que seria função do Estado agir para coordenar as ações destes agentes planejando alternativas de crescimento de longo prazo, criando assim um ambiente para a realização de investimentos de maior tempo de maturação (MENDES e TEIXEIRA, 2004).

Outro ponto a despertar a atenção de Celso Furtado é o fato de que, em geral, o que se verifica nos países periféricos é uma estrutura agrária tremendamente concentrada e de produção - prevalece a monocultura - voltada para o mercado externo (FURTADO, 2008b). As terras de melhor qualidade são utilizadas para o cultivo de monoculturas com destino ao mercado externo, restando para a produção que é destinada a abastecer o mercado interno as terras menos férteis, com decorrente menor produtividade. Para produzir suficientemente para abastecimento do mercado interno será requerido o cultivo de vastas extensões de terra e/ou uma maior intensidade de capital ou trabalho nas áreas já cultivadas, o que tende a implicar um maior custo à

produção, se refletindo no valor de mercado desses bens. Isto por sua vez, encarece a cesta de alimentos dos trabalhadores e acaba por comprometer parcela significativa de seus salários.

No tocante aos salários, é importante frisar que neste setor costumam ser pagos baixos salários, isto, quando o são. Tal afirmação decorre do fato de que prevalecem no campo outras formas de relações de trabalho, distintas das formais, como por exemplo, o regime de meação, no qual, o proprietário da terra cede o seu uso em troca de receber metade do que for colhido por quem assume o compromisso de cultivar a terra. Acontece, porém, e isto não é raro, que pode ser que a produção seja muito baixa por fatores diversos, em geral, o clima, e o agricultor que cultivou a terra incorra em prejuízo. Ele terá então de entregar metade do pouco que colheu e arcar com o prejuízo sozinho, ou seja, o que vive em condição financeira mais frágil é quem assume o prejuízo total, ficando ele com o risco, e o proprietário da terra ainda que pouco receba, nada perde. Existem inclusive situações em que a perda de produção é completa, ficando o agricultor em estado de total desolação. Há muitas pessoas a viverem na zona rural em uma condição de vida precária e que está ligada ao proprietário da terra por vínculo de emprego ou de dependência (FURTADO, 2003).

A forma como a terra nos países periféricos se apresenta dividida é o reflexo da concentração que se verifica em outros setores, poucas pessoas e famílias detêm a maior parte. E a possibilidade de o pequeno trabalhador rural vir a adquirir sua terra própria é bem menor que a possibilidade de o grande proprietário vir a adquirir ainda mais terras para si. A condição de acesso à posse de terra é bastante limitada nos países subdesenvolvidos. Conforme Furtado (2003, p.164), é preciso denunciar o fato da agricultura que “vive hoje de explorar a miserabilidade do trabalho rural”. Assim como foi apontado por Ricardo (1996) o modo como se organizava a estrutura fundiária, na qual o proprietário das terras auferia renda sem, contudo, trabalhar; esta situação também foi verificada e denunciada por Furtado, que identificou que esta situação se reproduziu ao longo do tempo.

Celso Furtado em sua busca pela compreensão do subdesenvolvimento abordou inúmeras questões (concentração de renda, estrutura agrária, heterogeneidade estrutural, vulnerabilidade externa, industrialização, etc.) que

interpretava como diretamente relacionadas ao mesmo, quer como causa, quer como consequência, ou ainda, como um mecanismo de superação. Analisou esta questão sob diversos aspectos, pois, entendia a gravidade da mesma, uma vez que ela implicava a condenação de inúmeras vidas humanas, uma verdadeira hecatombe social. Daí o caráter pragmático de sua teoria, a qual não se limitou a identificar os problemas existentes, mas buscou também, apontar caminhos de superação dos mesmos.

CAPITULO 3

A REALIDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA (2001-2012)

“Vivemos uma época em que se superpõem dois tempos históricos. Em um se procura recuperar o atraso na construção do sistema político que deve regular atividades econômicas que já se estruturaram em escala planetária; em outro se busca eliminar formas anacrônicas de organização social que condenam milhões de criaturas humanas a condições abjetas de vida. Falhar em uma ou outra dessas duas tarefas é condenar a humanidade a continuar trilhando a via da instabilidade e da incerteza.”

(Celso Furtado, A crise econômica contemporânea)

A partir da análise apresentada anteriormente acerca das estruturas subdesenvolvidas, pretende-se para o presente capítulo, observar diversos indicadores socioeconômicos do Brasil entre os anos de 2001 e 2012²² para melhor entender a atual realidade do país, resgatando também algumas observações realizadas por Celso Furtado. Observar-se-á a situação das relações externas, o comportamento de sua dívida e das reservas internacionais, o número de pessoas ocupadas e das que estão em estado de extrema miséria, a taxa de desemprego, a variação real do Produto Interno Bruto (PIB), a variação do salário mínimo, a taxa de inflação, o investimento em P&D, a divisão da população e do PIB por regiões, a porcentagem de analfabetos no total da população e da relação entre a renda dos mais ricos e a dos mais pobres, o índice de GINI e, por fim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

3.1 A REALIDADE ECONÔMICA DO BRASIL

No que tange às relações externas, Furtado (2003) chamava a atenção para a necessidade de o Brasil diversificar suas exportações como uma forma de minimizar os riscos decorrentes da dependência dos preços internacionais quando a pauta exportadora se ancora em um único ou em alguns poucos

²² Este período foi selecionado por ser considerado um período de transição entre um modelo essencialmente neoliberal e outro caracterizado por um resgate, ainda que persistam características e políticas neoliberais, ao intervencionismo mais consistente do Estado, através de políticas econômicas e sociais.

produtos. No caso brasileiro, apontava como um caminho a ser trilhado o das exportações de manufaturas, principalmente, aquelas que incorporassem tecnologia de vanguarda, pois, estas seriam capazes de desenvolverem sua própria demanda; situação distinta da que se verificava para os produtos primários. Segundo Furtado (2008b, p.36), no caso dos países exportadores de produtos primários “sua capacidade para criar demanda se limita à redução do preço de oferta”.

Destacava o fato de que a busca pela reprodução do padrão de consumo dos moradores dos países centrais, o denominado efeito demonstração, seria um dos determinantes à propensão ao endividamento externo. O desequilíbrio externo era visto por ele, como uma tendência estrutural dos países periféricos (FURTADO, 2008b).

Conforme se observa na Tabela 01, o valor das exportações brasileiras usando o método FOB²³ passou de US\$ 58,223 bilhões em 2001 para US\$ 242,578 bilhões no ano de 2012, o que representa um crescimento de 316,64% ao longo deste período. Para melhor expressar essa variação do valor das exportações, foi calculado um índice para cada ano, considerando o ano de 2001 como o ano base. Convém mencionar o importante papel desempenhado pela China ao longo deste tempo, passando de um parceiro comercial sem grande expressividade até o início do século XXI para um importante parceiro a partir de então, tanto em termos de exportações quanto de importações. É relevante ressaltar também, que essa forte demanda global da China, em especial por produtos primários, se refletiu em uma significativa elevação dos preços dos mesmos nos mercados internacionais (CANO, 2014).

Tabela 01. Valor das exportações brasileiras (FOB) para o período 2001-2012 em US\$(milhões)

ANO	VALOR	INDICE
2001	58.223	100
2002	60.362	103,67
2003	73.084	125,52
2004	96.475	165,70
2005	118.308	203,20
2006	137.807	236,69

²³ Do Inglês Free On Board. Trata-se de um INCOTERM (Termos de Comércio Internacional), usados para distinguir os custos e as responsabilidades entre vendedores e compradores. Os incoterms mais comuns são o FOB e o CIF, o primeiro significa livre do custo de transporte e o segundo significa que o exportador assume os custos de transporte e seguro.

2007	160.649	275,92
2008	197.942	339,97
2009	152.995	262,77
2010	201.915	346,80
2011	256.040	439,76
2012	242.578	416,64

Fonte: IPEADATA (2014)

Ao se observar a composição dessas exportações por fator agregado na Tabela 02, se constata que os produtos básicos voltaram a ser o principal produto da pauta exportadora brasileira, ao passo que a exportação relativa de manufaturados caiu significativamente ao longo do período. A necessidade de se industrializar os países subdesenvolvidos, visando agregar valor nas mercadorias que estes exportam foi tema recorrente nas discussões de Celso Furtado e também do pensamento da CEPAL. Essa discussão em torno de uma desindustrialização brasileira é tema que tem despertado cada vez mais a atenção de pesquisadores²⁴. Segundo a Tabela 02, no ano de 2001 as exportações de produtos básicos representavam 26,4% do total das exportações brasileira e passam a apresentar crescimento ao longo do tempo de tal modo que em 2012 representam 46,8% desse total. Já as exportações de manufaturados caem em termos de participação de 56,5% do total das exportações em 2001, para 37,5% em 2012.

Há que ser feita importante consideração sobre os dados que se apresentam na Tabela 02: o valor das exportações por fator agregado cresceu entre os anos 2001 e 2012 para todos os fatores. Contudo, enquanto o valor absoluto dos manufaturados e dos semimanufaturados foi multiplicado, respectivamente, por 2,76 e 4,00, o valor dos produtos básicos foi multiplicado por 7,39! Em boa medida isso se explica, conforme já mencionado anteriormente, pela grande demanda da China por produtos básicos, elevando o *quantum* e também os preços²⁵, conseqüentemente, o valor total cresce expressivamente. Ou seja, a queda da participação dos manufaturados não ocorre por uma diminuição das exportações desse setor em valores absolutos, mas sim, por um crescimento superior ao seu, que se verifica por parte dos demais fatores agregados.

²⁴ Ver, por exemplo, Cano (2012; 2014) e Ricupero (2014).

²⁵ É importante mencionar a queda desses preços pós-crise de 2008.

TABELA 02. Exportações brasileiras (FOB) por fator agregado para o período de 2001-2012, valor em US\$(milhões)

ANO	BÁSICOS VALOR	SEMINANU- FATURADOS VALOR	MANUFATURADOS VALOR	TOTAL VALOR	PART. % SOBRE O TOTAL		
					BÁSICO	SEMIMANU- FATURADO	MANU- FATURADO
2001	15.342	8.244	32.901	58.223	26,4	14,2	56,5
2002	16.952	8.964	33.001	60.362	28,1	14,9	54,7
2003	21.179	10.943	39.654	73.084	29,0	15,0	54,3
2004	28.518	13.431	52.948	96.475	29,6	13,9	54,9
2005	34.721	15.961	65.144	118.308	29,3	13,5	55,1
2006	40.285	19.523	75.018	137.807	29,2	14,2	54,4
2007	51.596	21.800	83.943	160.649	32,1	13,6	52,3
2008	73.028	27.073	92.682	197.942	36,9	13,7	46,8
2009	61.957	20.499	67.349	152.995	40,5	13,4	44,0
2010	90.005	28.207	79.563	201.915	44,6	14,0	39,4
2011	122.457	36.026	92.929	256.040	47,8	14,1	36,3
2012	113.454	33.042	90.878	242.578	46,8	13,6	37,5

FONTE: SECEX/MDIC (2014)

Na Tabela 03 se verifica, também mediante a apresentação de valores em termos FOB, que as importações brasileiras passaram de US\$ 55, 572 bilhões em 2001 para US\$ 223,183 bilhões em 2012, apresentando um aumento de 301,61% para o período. Aqui também, para melhor expressar essa variação do valor das importações, foi calculado um índice para cada ano, considerando o ano de 2001 como o ano base.

Tabela 03. Valor das importações brasileiras (FOB) para o período 2001-2012 em US\$(milhões)

ANO	VALOR	INDICE
2001	55.572	100
2002	47.240	85,01
2003	48.290	86,90
2004	62.835	113,07
2005	73.606	132,45
2006	91.351	164,38
2007	120.617	217,05
2008	173.107	311,50
2009	127.705	229,80
2010	181.768	327,09
2011	226.247	407,12
2012	223.183	401,61

Fonte: IPEADATA (2014)

Na Tabela 04 são apresentados os números para a balança comercial brasileira e o saldo em transações correntes. Conforme se observa na Tabela 04, em 2001 a balança comercial apresentava um superávit de aproximadamente US\$ 2,650 bilhões e fechou 2012 com superávit de cerca de US\$ 19,395 bilhões, o que significa um aumento de pouco mais de 631%. Observe-se que a balança comercial apresentou valores crescentes em um primeiro momento, registre-se o impressionante crescimento entre os anos de 2001 e 2002, atingindo superávits na casa dos US\$ 40 bilhões entre 2005 e 2007 e, a partir de 2007 começa a decrescer para valores abaixo dos US\$ 30 bilhões. É importante mencionar aqui a histórica necessidade que existe no país de obter superávits em sua balança comercial para que possa fazer frente aos demais compromissos com o exterior, principalmente, com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, o que se revela por meio da conta de transações correntes. Constatou-se que o déficit brasileiro passou de US\$ 23,215 bilhões em 2001 para US\$ 54,249 bilhões em 2012, um aumento do déficit em 133,68%. Observando-se a Tabela 04 se percebe que os valores oscilaram significativamente ao longo do tempo e que durante o período de 2003 a 2007 foi registrado superávit.

Tabela 04. Balança comercial brasileira (FOB) e Saldo em Transações Correntes para o período de 2001-2012, valor em US\$(milhões)

ANO	Balança Comercial	Saldo em Transações Correntes
2001	2.650,47	-23.215
2002	13.121,30	-7.637
2003	24.793,92	4.177
2004	33.640,54	11.679
2005	44.702,88	13.985
2006	46.456,63	13.643
2007	40.031,63	1.551
2008	24.835,75	-28.192
2009	25.289,81	-24.302
2010	20.146,86	-47.273
2011	29.792,82	-52.473
2012	19.394,54	-54.249

Fonte: IPEADATA (2014)

Diante do déficit em transações correntes que se verificou na Tabela 04, compreende-se que o governo incorre em dívidas junto a instituições

financeiras estrangeiras e outros credores. A dívida externa brasileira, conforme a Tabela 05, aumentou de cerca de US\$ 226,067 bilhões em 2001, para aproximadamente US\$ 440,604 bilhões em 2012, ou seja, um crescimento de quase 95% ao longo do período. Nela também é apresentada a dívida pública total em termos do PIB. Observa-se, em média, o decréscimo da mesma ao longo do tempo, caindo de 52,02% do PIB em 2001 para 35,21% do PIB em 2012. É preciso deixar claro que a dívida não diminuiu em valores absolutos, mas sim, cresceu em ritmo menor que o PIB, por isso, em termos proporcionais se verifica essa diminuição.

A persistência e o crescimento da dívida externa brasileira constitui outro elemento de subdesenvolvimento, uma vez que a mesma compromete significativa parcela do orçamento público para assegurar o pagamento de juros, encargos e amortizações. Esses recursos poderiam ser utilizados para assegurar o fornecimento de mais e melhores serviços para a sociedade. Para se compreender a dimensão de quanto se compromete com a dívida, para o ano de 2012, o Orçamento da União foi de pouco mais de R\$ 2,118 trilhões, desse total, quase R\$ 1,015 trilhão foi para pagamento de juros, encargos e amortização, ou seja, quase metade do orçamento ficou comprometido com a dívida (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2014).

Convém ressaltar que o fato de possuir dívida não torna um país subdesenvolvido, países desenvolvidos também as possuem, contudo, eles são capazes de oferecer uma grande quantidade de serviços de qualidade para sua população, o que não se verifica, em geral, nos países subdesenvolvidos, nos quais, muitos serviços considerados elementares ainda não são plenamente acessíveis a seus habitantes.

Tabela 05. Dívida externa em US\$ (milhões) e Dívida Pública Total em percentual do PIB para o período de 2001-2012

ANO	DÍVIDA EXTERNA	DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)
2001	226.067,25	52,02
2002	227.689,39	60,38
2003	235.414,13	54,83
2004	220.182,31	50,61
2005	187.987,42	48,44
2006	199.372,20	47,27
2007	240.495,35	45,53

2008	262.909,99	38,53
2009	277.563,31	42,07
2010	351.940,77	39,15
2011	404.116,99	36,41
2012	440.603,54	35,21

Fonte: IPEADATA(2014)

Um dos instrumentos adotados pelos governos para fazer frente a seus compromissos, ter maior credibilidade em suas negociações e se prevenir contra fatores de natureza emergencial é a constituição de reservas internacionais. O valor das reservas internacionais brasileiras, como está apresentado na Tabela 06, subiu de cerca de US\$ 35,866 bilhões em 2001 para, aproximadamente, US\$ 378,613 bilhões em 2012, o que representa uma elevação em torno de 984%. A formação de um volume tão expressivo de reservas se explica em boa medida pelo crescimento significativo do PIB ao longo deste período.

Destarte, dado o fato de possuir reservas de tamanha monta, há importante crítica a ser feita à mesma, pois, admitindo que o governo as remunere a taxas de juros de, por exemplo, 10% a.a., no ano de 2012, cerca de US\$ 3,79 bilhões teriam sido despendidos sem qualquer valor reprodutivo. Conforme Furtado (2002, p.25) “reserva significa investimento que não se reproduz”. Ou seja, é dinheiro que poderia ser utilizado como investimento público em áreas como educação ou infraestrutura, mas, que se destina tão somente a assegurar a lucratividade dos grandes investidores financeiros.

Tabela 06. Reservas internacionais – liquidez internacional – para o período 2001-2012 em US\$(milhões)

ANO	VALOR
2001	35.866,41
2002	37.823,46
2003	49.296,20
2004	52.934,84
2005	53.799,29
2006	85.838,86
2007	180.333,61
2008	206.806,05
2009	239.054,11
2010	288.574,60
2011	352.012,07
2012	378.613,50

Fonte: IPEADATA(2014)

Furtado sempre enfocara a urgente necessidade de incentivo ao crescimento da taxa de poupança, como uma forma de baratear o crédito e assim incentivar e dar sustentação aos fluxos de investimentos. A insuficiência da poupança seria também explicada pela elevada propensão ao consumo dos grupos sociais possuidores de elevada renda, que remetiam grande volume de recursos ao exterior com a aquisição de bens supérfluos (D'AGUIAR, 2013).

Conforme se verifica na Tabela 07 a taxa de poupança brasileira tem oscilado ao longo do tempo, ora crescendo, ora decrescendo. É interessante observar que no ano de 2008, ano de início da crise econômica mundial, foi registrada a maior taxa, vindo a cair no ano seguinte, como era de se esperar.

Vale assinalar que se faz necessária a formação de poupança, tendo em vista a necessidade de assegurar a capacidade de autofinanciamento dos investimentos produtivos (FURTADO, 1998). Contudo o que se verifica é que “o essencial do que se poupa destina-se ao pagamento de juros” (FURTADO, 2002, p.25).

Tabela 07. Taxa de poupança para o período 2001-2012 em (%) do PIB

ANO	VALOR
2001	13,52
2002	14,69
2003	15,95
2004	18,47
2005	17,35
2006	17,58
2007	18,08
2008	18,78
2009	15,91
2010	-
2011	-
2012	-

Fonte: IPEADATA(2014)

Furtado via o crescimento da economia como um importante meio de gerar riqueza para ser distribuída entre seus habitantes. Porém, era fundamental que esse produto adicional fosse distribuído entre todos e não ficasse concentrado nas mãos de poucos, pois, se esta última situação ocorresse em nada haveria melhoras, mas, ao contrário, se ampliaria o fosso

entre os ricos e os pobres. Furtado (2013a, p.279) alertava “que o crescimento econômico não conduzia por si só ao desenvolvimento”.

Conforme se verifica na Tabela 08, o PIB apresentou taxa crescente e significativa ao longo do período, com exceção do ano de 2009, o que se explica, principalmente, devido à crise econômica mundial de 2008. Porém, como se observa, a economia já no ano imediato apresenta um desempenho bastante satisfatório, o que se explica com as políticas anticíclicas adotadas pelo governo, como por exemplo, a redução dos juros e a desoneração de impostos em alguns setores considerados estratégicos.

Tabela 08. Variação real anual do PIB para o período 2001-2012 em (%)

ANO	VALOR
2001	1,31
2002	2,66
2003	1,15
2004	5,71
2005	3,16
2006	3,96
2007	6,09
2008	5,17
2009	-0,33
2010	7,53
2011	2,73
2012	1,03

Fonte: IPEADATA (2014)

A tecnologia se revela um importante mecanismo propulsor do crescimento econômico na medida em que ela tende a elevar a produtividade, permitindo a incorporação de mão de obra excedente, reduzindo a heterogeneidade estrutural (WELTERS, 2004). Alguns estudiosos, como Fajnzylber (1976), chamavam a atenção para a necessidade de desenvolver um núcleo endógeno de tecnologia. Daí o mesmo apresentar forte crítica às empresas transnacionais pelo fato de manterem o processo de inovação no centro e tão somente o copiar para a periferia (FAJNZYLBBER, 1976). Uma variável essencial para Fajnzylber seria o investimento em P&D, cabendo à periferia a urgente necessidade de se adequar ao processo de reestruturação produtiva, buscando assumir posição mais vantajosa na divisão internacional do trabalho. Com o desenvolvimento tecnológico a competitividade internacional seria assegurada, reforçando o crescimento econômico

(WELTERS, 2004). Fajnzylber (1983, p.324) chamava a atenção para as seguintes opções que se apresentavam para os países:

(...) constituir um núcleo endógeno capaz de incorporar-se en el proceso de dinamización tecnológica que es la condición necesaria para penetrar y mantenerse en el mercado internacional versus delegar en agentes externos la responsabilidad de definir la estructura productiva presente y futura del país.

A necessidade de investir em tecnologia também fora apontado por Furtado (2013c) como uma forma de estruturar o sistema produtivo, almejando com isso, obter ganhos de produtividade, avançando na mudança do padrão das vantagens comparativas, buscando ganhar posição junto aos setores mais dinâmicos da economia.

Porque alcançaram um grau elevado de homogeneidade social e fundam o próprio crescimento em relativa autonomia tecnológica, cabe reconhecer que a Coreia do Sul e Taiwan lograram superar a barreira do subdesenvolvimento, ainda que a renda *per capita* desses países seja menos de uma quinta parte da do Japão e não supere a de certos países latino-americanos.(...) As experiências referidas nos ensinam que a homogeneização social é condição necessária mas não suficiente para alcançar a superação do subdesenvolvimento. Segunda condição necessária é a criação de um sistema produtivo/eficaz dotado de relativa autonomia tecnológica (FURTADO, 2013c, p. 268).

Ao analisar os dados que se apresentam nas Tabelas 09 e 10, verifica-se que o percentual do PIB brasileiro direcionado para P&D ainda que maior que o de alguns países no rol dos subdesenvolvidos, apresenta-se significativamente inferior ao direcionado no caso dos países considerados desenvolvidos. Por exemplo, no ano de 2011, o Brasil destinou 1,20% do PIB com a área de Pesquisa e Desenvolvimento e a Índia 0,87%. Já a Alemanha destinou 2,89% do seu PIB em 2011 a P&D. E em se tratando do número de patentes, a situação brasileira se revela ainda pior, apresentando baixo número de pedidos e de concessões de patentes, inferior inclusive ao de países apresentados na Tabela 09 e que apresentam investimento em P&D inferior ao do Brasil. O que se verifica, por exemplo, ao novamente comparar Brasil e Índia no ano de 2011, onde o Brasil fez o pedido de registro de 586 patentes, sendo concedido o registro de 215 patentes, ao tempo que a Índia fez o pedido de registro de 4.548 patentes, sendo concedido o registro de 1.234. A Alemanha, neste mesmo ano, fez o pedido de registro de 27.935 e foi concedido o registro 11.920.

Tabela 09. Dispêndios nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de países selecionados, para o período 2001-2012, em (%)

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
África do Sul	0,73	-	0,79	0,85	0,90	0,93	0,92	0,93	0,87	0,76	0,76	-
Alemanha	2,47	2,50	2,54	2,50	2,51	2,54	2,53	2,69	2,82	2,80	2,89	2,98
Argentina	0,42	0,39	0,41	0,44	0,46	0,50	0,51	0,52	0,60	0,62	0,65	0,74
Brasil	1,07	1,02	1,01	0,97	1,01	1,00	1,11	1,16	1,15	1,20	1,20	1,24
China	0,95	1,07	1,13	1,23	1,32	1,39	1,40	1,47	1,70	1,76	1,84	1,98
Coréia	2,47	2,40	2,49	2,68	2,79	3,01	3,21	3,36	3,56	3,74	4,04	4,36
Estados Unidos	2,64	2,55	2,55	2,49	2,51	2,55	2,63	2,77	2,82	2,74	2,76	2,79
Índia	0,81	0,79	0,77	0,77	0,81	0,88	0,87	0,86	0,89	0,87	0,87	0,88
Japão	3,07	3,12	3,14	3,13	3,31	3,41	3,46	3,47	3,36	3,25	3,38	3,35
Rússia	1,18	1,25	1,29	1,15	1,07	1,07	1,12	1,04	1,25	1,13	1,09	1,12

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia (2014)

Tabela 10. Pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao Escritório Americano de Marcas e Patentes (USPTO, na sigla em inglês) de países selecionados, 2001-2012

Países	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
África do Sul	Pedidos	231	241	224	246	197	231	252	265	318	320	339	318
	Concessões	120	113	112	100	87	109	82	91	93	116	123	142
Alemanha	Pedidos	19.900	20.418	18.890	19.824	20.664	22.369	23.608	25.202	25.163	27.702	27.935	29.195
	Concessões	11.260	11.280	11.444	10.779	9.011	10.005	9.051	8.914	9.000	12.363	11.920	13.835
Argentina	Pedidos	137	95	125	103	94	117	150	138	146	134	156	141
	Concessões	51	54	63	46	24	38	37	32	45	45	49	63
Brasil	Pedidos	219	243	259	287	295	341	375	442	464	568	586	679
	Concessões	110	96	130	106	77	121	90	101	103	175	215	196
China	Pedidos	626	888	1.034	1.655	2.127	3.768	3.903	4.455	6.879	8.162	10.545	13.273
	Concessões	195	289	297	403	402	661	772	1.225	1.655	2.657	3.174	4.637
Coréia do Sul	Pedidos	6.719	7.937	10.411	13.646	17.217	21.685	22.976	23.584	23.950	26.040	27.289	29.481
	Concessões	3.538	3.786	3.944	4.428	4.352	5.908	6.295	7.548	8.762	11.671	12.262	13.233
Estados Unidos	Pedidos	177.511	184.245	188.941	189.536	207.867	221.784	241.347	231.588	224.912	241.977	247.750	268.782
	Concessões	87.600	86.971	87.893	84.270	74.637	89.823	79.526	77.502	82.382	107.791	108.622	121.026
Índia	Pedidos	643	919	1.164	1.303	1.463	1.923	2.387	2.879	3.110	3.789	4.548	5.663
	Concessões	178	249	342	363	384	481	546	634	679	1.098	1.234	1.691
Japão	Pedidos	61.238	58.739	60.350	64.812	71.994	76.839	78.794	82.396	81.982	84.017	85.184	88.686
	Concessões	33.223	34.858	35.515	35.348	30.341	36.807	33.354	33.682	35.501	44.813	46.139	50.677
Rússia	Pedidos	433	377	341	334	366	412	444	547	522	606	719	888
	Concessões	234	200	203	169	148	172	188	176	196	272	298	331

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia (2014)

3.2 A REALIDADE SOCIAL DO BRASIL

Esse crescimento da produção brasileira se explica em boa parte pela expansão das transações externas e pela expansão do mercado interno, o que deu um dinamismo à economia e acabou por demandar mais trabalhadores e gerar mais postos de trabalho. Convém mencionar que esse crescimento via mercado interno se revela pujante a partir de 2005, pois, entre início dos anos 1990 até 2004, aproximadamente, foi totalmente abandonado o projeto de desenvolvimento defendido por Furtado e pela CEPAL, que se amparava em um mercado interno dinâmico e na industrialização do país, sendo durante este período adotada uma orientação neoliberal de políticas, inspiradas no Consenso de Washington.

A população ocupada, mediante a Tabela 11, passou de 18,520 milhões em 2003, para 22,956 milhões em 2012, um crescimento de 23,95%. Também na Tabela 11 se mostra a taxa de desemprego brasileira em termos percentuais da população. Em 2001, a taxa de desemprego atingia 10,1% da população e em 2012 passou a atingir 6,7% da mesma, o que significa uma redução de 33,66% na taxa de desemprego.

Tabela 11. População ocupada – pessoa (mil) e taxa de desemprego em (%) para o período 2001-2012

ANO	POPULAÇÃO OCUPADA	TAXA DE DESEMPREGO
2001	-	10,1
2002	-	9,9
2003	18.520	10,5
2004	19.052	9,7
2005	19.554	10,2
2006	19.926	9,2
2007	20.435	8,9
2008	21.122	7,8
2009	21.276	9,1
2010	22.019	-
2011	22.473	7,3
2012	22.956	6,7

Fonte: IPEADATA (2014)

Esse aumento no número da população ocupada aliado à redução da taxa de desemprego significa a incorporação de maior número de pessoas no mercado formal de trabalho. Esse trabalhador ao ser amparado por uma legislação trabalhista passa a auferir renda superior ou igual à mínima estabelecida por lei, o salário mínimo. Para algumas pessoas que viviam com

uma renda inferior a este, quer por estarem atuando no setor informal, quer por estarem desempregadas, esse salário tende a retirá-las de uma condição financeira e social adversa.

É importante também mencionar a ação do Governo Federal por meio de programas de transferência de renda, em especial, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família. Estas pessoas que possuindo uma pequena renda não conseguiam sequer adquirir uma cesta de alimentos que apresentasse um mínimo de calorias para suprir de forma adequada uma pessoa, com base nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), são classificadas como extremamente miseráveis. Por meio da Tabela 12 se pode observar como essa maior incorporação de pessoas ao mercado de trabalho aliada aos programas executados pelo Governo Federal conseguiram reduzir o número de pessoas a viver esta degradante situação da condição humana. Conforme os dados, em 2001 o número de pessoas extremamente miseráveis era de 25.520.845 pessoas, já em 2012, este número cai para 10.081.225 pessoas, ou seja, uma redução 60,50%.

Tabela 12. Número de pessoas em extrema miséria para o período 2001-2012

ANO	VALOR
2001	25.520.845
2002	23.862.280
2003	26.242.672
2004	23.577.095
2005	20.889.220
2006	17.315.355
2007	16.504.043
2008	14.032.928
2009	13.597.606
2010	-
2011	11.772.648
2012	10.081.225

Fonte: IPEADATA(2014)

A análise da concentração de renda nas mãos de poucos e a miséria a que estão submetidos muitos, foi tema bastante estudado por Furtado. A temática da miséria se torna ainda mais constante em seus escritos sobre a região Nordeste do Brasil. Ele elenca a pobreza em massa como uma das

características do subdesenvolvimento (D'AGUIAR, 2013). A miséria aparecia como uma espécie de subproduto da elevada concentração de renda no país. Furtado (2003, pp.172-173), em ensaios escritos na década de 1960 e, posteriormente, organizados em sua obra *Raízes do Subdesenvolvimento* observa que “o 1 por cento de renda mais alta e os 50 por cento de renda mais baixa têm acesso a parcela idêntica da renda nacional²⁶”.

Essa situação deveria alertar e envolver a todos, pois, as forças a pressionarem no sentido da concentração são constantes, daí a necessidade de se desenvolverem forças a se contraporem a este movimento. Furtado (2009a, p.30) já dizia que “O desenvolvimento econômico, no mundo todo, tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração”.

Embora o número de pessoas em extrema miséria esteja se reduzindo, é importante mencionar que a desigualdade de renda no país ainda persiste, ainda que tenha diminuído ao longo do período de 2001-2012. Na Tabela 13 se apresenta o índice de GINI para este período. No ano de 2001, o índice era de 0,596 e no ano de 2012, 0,530; uma redução de 11,07%. Como se sabe, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desigualdade. O índice da Noruega, país reconhecido como possuidor de uma das menores desigualdades e com uma das melhores qualidades de vida, foi para o ano de 2012, segundo Peliano (2014), igual a 0,35.

Tabela 13. Índice de GINI para o período de 2001-2012

ANO	VALOR
2001	0,596
2002	0,589
2003	0,583
2004	0,572
2005	0,570
2006	0,563
2007	0,556
2008	0,546
2009	0,543
2010	-
2011	0,531
2012	0,530

Fonte: IPEADATA (2014)

²⁶ Conforme será visto mais adiante, na Tabela 14, esse percentual da população mais pobre com renda igual ao 1% mais rico está bem menor, mas ainda reflete uma considerável concentração de renda.

Para evidenciar a alta concentração de renda que se verifica para o Brasil ao longo do período em análise são apresentadas as Tabelas 14 e 15. A primeira tabela apresenta a porcentagem mais pobre da população com renda igual ao 1% mais rico da mesma e a segunda, a razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres da população. Conforme a Tabela 14, em 2001 a renda do 1% mais rico da população equivalia à renda dos 27,29% mais pobre da mesma, ao passo que em 2012 esse valor se reduziu para 18,73%, o que significa uma diminuição de 31,37%. Já na Tabela 15 se observa que em 2001 a razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres da população era de 27,32, já em 2012, o valor passa a ser 17,31, ou seja, houve uma redução de 36,64%. Ambas as tabelas evidenciam uma diminuição da concentração de renda no país, destarte, é importante deixar claro a continuidade da existência da mesma, só que em menor proporção. Como se observa na Tabela 14, entre 2011 e 2012 ocorreu uma pequena reversão na taxa de declínio da porcentagem da população mais pobre com renda igual a do 1% mais rico, o que alerta para a pressão constante, assim como já citado outrora, no sentido de concentrar a renda. É preciso monitorar esses resultados com frequência e intervir constantemente visando redistribuir a renda entre os mais pobres, almejando uma sociedade menos desigual.

Tabela 14. Porcentagem mais pobre da população com renda total igual a do 1% mais rico para o período de 2001-2012

ANO	VALOR
2001	27,29
2002	25,25
2003	24,26
2004	23,29
2005	22,34
2006	21,41
2007	20,50
2008	19,60
2009	18,73
2010	-
2011	17,88
2012	18,73

Fonte: IPEADATA (2014)

Tabela 15. Razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres para o período de 2001-2012

ANO	VALOR
2001	27,32
2002	25,03
2003	24,70
2004	22,42
2005	21,68
2006	20,83
2007	20,70
2008	19,22
2009	18,98
2010	-
2011	17,94
2012	17,31

Fonte: IPEADATA (2014)

Em se tratando da questão dos salários, Furtado defendia um maior crescimento dos salários reais dos trabalhadores, desencadeando uma maior diversificação da procura de produtos, o que estimularia os investimentos e, assim, repercutiria positivamente sobre a economia, dinamizando-a (FURTADO, 2009b). Chamou a atenção para uma circunstância comumente adotada pelas elites para ampliar sua renda, a adoção de uma maior exploração da classe trabalhadora, um instrumento que era utilizado para dar sustentação a seu consumo exacerbado. Furtado (2008b, p.188) afirmava que “Nas sociedades capitalistas avançadas a única forma de reduzir o poder de compra da massa salarial é permitir que se eleve o nível geral de preços ou que se reduza sensivelmente o nível de emprego”.

Conforme os dados apresentados sobre desemprego e os que se apresentarão a seguir sobre aumento do salário mínimo e nível de inflação, evidenciando um aumento real do salário, verifica-se que a situação brasileira para o período analisado tem apresentado comportamento distinto a essa lógica mostrada por Furtado.

É importante observar que o trabalhador assalariado tem aumentado seu poder de compra ao longo dos últimos anos, graças ao aumento salarial ter se situado acima da inflação, com exceção do ano 2002. Conforme se pode observar na Tabela 16, o salário mínimo tem crescido ano após ano e ao confrontar os dados que nela são apresentados com os que se apresentam na Tabela 17, na qual, se mostram as variações do Índice de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA), principal índice utilizado para aferir a inflação, observa-se, que por vezes, o aumento corresponde a mais que o dobro da inflação. Esse aumento salarial acima do nível da inflação implica uma maior diversificação na cesta de alimentos do trabalhador e uma melhor qualidade de vida para o mesmo, que pode passar a acessar bens que outrora não podia.

Tabela 16. Variação do Salário Mínimo para o período de 2001-2012, valor em (%)

ANO	VALOR
2001	19,21
2002	11,11
2003	20,00
2004	8,33
2005	15,38
2006	16,67
2007	8,57
2008	9,21
2009	12,05
2010	9,68
2011*	5,88
2011*	0,93
2012	14,13

Fonte: PORTALBRASIL (2014)

*Neste ano ocorreu aumento do salário em dois momentos, em 01 de janeiro e em 01 de março.

Tabela 17. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado de janeiro a dezembro para cada ano, para o período de 2001-2012, valor em (%)

ANO	VALOR
2001	7,67
2002	12,53
2003	9,30
2004	7,60
2005	5,69
2006	2,95
2007	4,37
2008	6,11
2009	4,18
2010	5,79
2011	6,56
2012	5,78

Fonte: IBGE (2014a)

Ao tratar a questão regional brasileira, Furtado volta o seu olhar para as grandes disparidades regionais, em particular a que se verificava entre o Nordeste e o Centro-Sul e, denunciava o risco de uma institucionalização da

desigualdade ao se atingir certos níveis. Observava que a disparidade entre as rendas dessas regiões constitui “o mais grave problema a enfrentar na etapa presente²⁷ do desenvolvimento econômico” (FURTADO, 2009a, p.83), ameaçando inclusive a unidade nacional.

Para ter em mente a dimensão das desigualdades basta lembrar trecho de citação já apresentada no capítulo anterior, na qual Furtado (2009a, p.33) observa que “Por exemplo, se a participação do Nordeste no produto bruto da economia brasileira, antes da guerra, em 1939, era de cerca de 30%, hoje em dia²⁸ é apenas de 11%”. Ou ainda, ao comparar o PIB do Nordeste com o estado de São Paulo, ele afirma que

Se levarmos em conta o fato de que o produto interno do conjunto dos nove estados nordestinos não atinge 1/3 daquele de São Paulo, compreendemos a ficção que representa, nas condições atuais, a federação brasileira (FURTADO, 2009a, p.181).

Conforme será mostrado nas tabelas a seguir, a situação sofreu uma reversão em direção à diminuição das distâncias entre as regiões em termos de participação sobre o PIB do país, apresentando um pífio, porém, crescimento, da participação do Nordeste sobre o total da economia e em comparação ao estado de São Paulo. Contudo, os dados ainda se apresentam muito próximos daquilo que Furtado no ano de 1959 verificava.

Ao se analisar a questão regional brasileira, o que se verifica, conforme as tabelas 18 e 19, é que o Brasil ainda apresenta uma significativa desigualdade regional. No quesito população, a distribuição regional manteve-se praticamente estável se considerado o percentual de participação de cada região no total nacional ao longo do período analisado, apresentando uma pequena oscilação. No que tange ao PIB de cada região, as oscilações em termos de participação de cada região no total nacional também não foram muito significativas, destaca-se o fato de que o Sul perdeu mais de 1% e o Centro-Oeste cresceu pouco mais de 1%, as demais regiões apresentaram oscilações inferiores a 1% para mais ou para menos.

²⁷ A presente afirmação foi realizada no ano de 1959.

²⁸ A presente afirmação foi realizada no ano de 1959.

A desigualdade está no fato de quem conforme se observa nas duas tabelas, há uma diferença entre a participação relativa de cada região em termos populacionais e de produto. Para exemplificar melhor, utilizar-se-á como comparativo de análise as regiões Nordeste e Sudeste. Enquanto a região Nordeste possuía para o ano de 2011, 27,81% da população brasileira, respondia por somente 13,40% do PIB nacional, ou seja, a contribuição do Nordeste ao PIB brasileiro representava menos que metade de sua contribuição em termos populacionais. Já a região Sudeste, para esse mesmo ano, possuía 42,09% da população brasileira e 55,41% do PIB nacional, o que significa uma contribuição em termos de renda excedente à contribuição em termos populacionais.

Ao longo dos anos observados se mostra claro que as regiões Norte e Nordeste possuem, em termos percentuais relativos ao total nacional, uma população superior ao PIB, ao passo que, as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, possuem um PIB superior à população. Ou seja, o Centro-Sul possui em termos percentuais relativos, uma renda superior à sua população, ao passo que no Norte e no Nordeste ela se mostra inferior.

Para tornar ainda mais clara a situação, optou-se por fazer o comparativo entre o Nordeste e São Paulo, o estado mais rico e com a maior população do Brasil, cujos dados constam na Tabela 20. Em 2011, conforme já foi mostrado no parágrafo anterior, o Nordeste possuía 27,81% da população nacional e 13,40% do PIB brasileiro. O estado de São Paulo neste ano possuía 21,62% da população nacional e 32,57% do PIB brasileiro. O que isso significa? Que enquanto o Nordeste, composto por nove estados, abriga uma população superior a do estado de São Paulo, gera um volume de renda que é quase 2,5 vezes menor! O que implica que o paulista possui em termos *per capita* uma renda significativamente superior à do nordestino, o que reflete o nível de concentração de renda que existe no país. Há de se destacar que a participação do Sudeste, região mais rica do país, na composição do PIB brasileiro tem diminuído ao longo do período analisado, assim, como é o caso de São Paulo, estado mais rico desta região e do país, porém, ainda permanece nítida a desproporção entre a população e a renda frente às demais regiões do país. Essas diferenças em termos regionais, que ainda se mostram consideráveis, constituem outro relevante elemento de subdesenvolvimento.

É importante observar que no que diz respeito à questão regional, começaram a ganhar força a partir do Consenso de Washington, as políticas de valorização do espaço local, do micro, abandonando-se e, ainda mais, condenando, as intervenções públicas, interpretadas como algo abominável, fazendo-se da iniciativa privada uma panaceia. Desarticulando-se as políticas de escala regional, restando somente o local e o global a atuarem de maneira isolada, sob um argumento de não atuação via política regional no âmbito da necessidade de intervenção planejada estatal (BRANDÃO, 2007).

Tabela 18. População residente por região – estimativa- 1º de julho, para o período de 2001-2012

ANO	Centro-oeste		Norte		Nordeste		Sul		Sudeste	
	População	% s/ total	População	% s/ total	População	% s/ total	População	% s/ total	População	% s/ total
2001	11.885.529	6,89	13.245.084	7,68	48.331.186	28,04	25.453.264	14,77	73.470.763	42,62
2002	12.101.540	6,93	13.504.599	7,73	48.845.112	27,97	25.734.253	14,74	74.447.456	42,63
2003	12.317.271	6,96	13.784.881	7,79	49.352.225	27,90	26.025.091	14,71	75.391.969	42,63
2004	12.770.141	7,03	14.373.260	7,92	50.427.274	27,77	26.635.629	14,67	77.374.720	42,61
2005	13.020.767	7,07	14.698.878	7,98	51.019.091	27,70	26.973.511	14,64	78.472.017	42,61
2006	13.269.517	7,10	15.022.060	8,04	51.609.027	27,63	27.308.863	14,62	79.561.095	42,60
2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2008	13.695.944	7,22	15.142.684	7,99	53.088.499	28,00	27.497.970	14,50	80.187.717	42,29
2009	13.895.375	7,26	15.359.608	8,02	53.583.302	27,98	27.719.118	14,48	80.915.332	42,26
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	14.243.951	7,40	16.094.959	8,37	53.492.816	27,81	27.561.827	14,33	80.974.794	42,09
2012	14.423.952	7,44	16.347.807	8,43	53.898.917	27,79	27.729.066	14,30	81.565.983	42,05

Fonte: IPEADATA(2014)

Tabela 19. PIB a preços constantes por região – R\$ de 2010 (mil), para o período de 2001-2012

ANO	Centro-Oeste		Norte		Nordeste		Sul		Sudeste	
	PIB	% s/ total	PIB	% s/ total	PIB	% s/ total	PIB	% s/ total	PIB	% s/ total
2001	228.966.887	8,55	125.911.301	4,70	346.704.713	12,94	472.163.490	17,62	1.505.246.980	56,19
2002	240.642.911	8,75	132.234.963	4,81	356.807.687	12,97	481.024.042	17,48	1.540.656.393	56,00
2003	248.975.965	8,94	140.129.658	4,76	363.444.361	13,06	492.785.537	17,70	1.538.256.550	55,26
2004	263.915.358	8,97	151.952.934	5,17	386.930.293	13,15	517.030.272	17,58	1.621.747.833	55,13
2005	276.276.354	9,10	161.854.735	5,33	404.519.730	13,33	512.932.497	16,90	1.678.810.615	55,33
2006	284.575.103	9,02	169.752.450	5,38	423.858.318	13,43	529.480.959	16,78	1.747.438.002	55,38
2007	303.913.650	9,08	176.042.520	5,26	444.307.586	13,28	563.737.416	16,85	1.858.254.010	55,53
2008	322.308.226	9,16	184.447.321	5,24	469.040.597	13,33	582.452.910	16,55	1.960.406.535	55,71
2009	330.200.766	9,42	183.542.095	5,23	473.540.375	13,50	578.839.973	16,51	1.940.297.236	55,34
2010	350.596.446	9,30	201.510.748	5,34	507.501.607	13,46	622.254.612	16,51	2.088.221.460	55,39
2011	370.586.297	9,57	208.975.373	5,40	519.148.286	13,40	628.267.858	16,22	2.146.136.133	55,41
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPEADATA (2014)

Tabela 20. PIB a preços constantes – R\$ de 2010 (mil) e população para o estado de São Paulo para o período de 2001-2012

ANO	População	% s/ pop. Total	PIB	% s/ PIB Nacional
2001	37.630.106	21,83	889.762.803	33,21
2002	38.177.742	21,86	900.187.478	32,72
2003	38.709.320	21,89	896.973.501	32,22
2004	39.825.226	21,93	951.473.054	32,35
2005	40.442.795	21,96	985.180.701	32,47
2006	41.055.734	21,98	1.024.208.900	32,46
2007	-	-	1.100.066.169	32,87
2008	41.011.635	21,63	1.164.873.663	33,11
2009	41.384.039	21,61	1.155.806.777	32,96
2010	-	-	1.247.595.927	33,09
2011	41.586.892	21,62	1.261.553.326	32,57
2012	41.901.219	21,60	-	-

Fonte: IPEADATA(2014)

No que diz respeito ao déficit habitacional brasileiro, Furtado (2002) em citação já apresentada no capítulo anterior, denunciava essa situação que atingia 53 milhões de brasileiros. Os dados coletados para o período da pesquisa são exibidos em número de domicílios e percentual em relação ao número total de domicílios, mas, ainda que consideremos o domicílio como local de moradia de uma família, que segundo o IBGE (2014b), em fins da década de 1990 era composta por 3,4 pessoas, chega-se à conclusão que no ano de 2012 o déficit habitacional brasileiro atingia 17.831.385 pessoas, um resultado bem menor que o apresentado por Furtado, no entanto, ainda bastante significativo.

Conforme a Tabela 21, o déficit habitacional brasileiro se reduziu entre 2007 e 2012, caindo de 10% para 8,53% do total de domicílios brasileiros, o que ainda significa uma quantidade significativa, pois, tratam-se de 5.224.525 domicílios. Convém ressaltar a existência do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, que foi lançado no ano de 2009, no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e que já financiou mais de 3 milhões de unidades domiciliares, sendo entregues mais de 1,5 milhão dessas (CAIXA, 2014).

Tabela 21. Déficit habitacional geral para o período de 2007* a 2012

ANO	Número de domicílios	Percentual em relação ao número total de domicílios
2007	5.593.191	10,00
2008	5.191.565	9,00
2009	5.703.003	9,72
2010	-	-
2011	5.409.210	8,80
2012	5.244.525	8,53

Fonte: NETO; FURTADO; KRAUSE (2014)

*Não foram encontrados dados para o período de 2001-2006

Entre este contingente de pessoas carentes de uma habitação digna, há casos de pessoas que possuem pouco ou nenhum grau de instrução educacional, vindo a perceberem pífia remuneração, incapaz de assegurar acesso à moradia própria que atenda a padrões mínimos de qualidade.

Citando o exemplo do desenvolvimento ocorrido na Coreia do Sul e em Taiwan, Furtado afirmou que

Assim, em uma primeira fase, tanto na Coreia do Sul como em Taiwan a preocupação com o social prevaleceu (...) procedeu-se a intenso investimento no fator humano. Logo foi alcançada a plenitude na escolarização e a total alfabetização da população adulta (FURTADO, 2013c, p.266).

Chamava a atenção para a importância da educação como instrumento de melhoria de vida das populações na condução rumo ao desenvolvimento e, denunciava a urgência de enfrentar o analfabetismo, que era segundo ele, uma característica básica do subdesenvolvimento.

Para o conjunto da população, o ativo de mais peso na distribuição da renda é aquele que está incorporado como capacitação no próprio fator humano. Com efeito, outra característica básica do subdesenvolvimento é a existência de um amplo segmento de população privada de qualquer habilitação profissional. Inclusive daquela habilitação sem a qual não tem acesso a nenhuma outra, que é a alfabetização (FURTADO, 2013c, p.274).

Segundo a Tabela 22, a taxa percentual da população com idade igual ou superior a 15 anos que não sabe ler nem escrever um simples bilhete era de 12,36% em 2001, passando a ser de 8,66% em 2012. Este resultado significa que houve uma diminuição de 29,94% ao longo deste período. Observe-se, destarte, que após sucessivas quedas, entre o ano de 2011 e 2012 ocorreu um pequeno crescimento. Embora esse aumento seja pequeno, ele preocupa, pois acaba deixando mais evidente a dificuldade de atingir a meta de 6,7% até 2015, valor acordado com a Organização das Nações Unidas (ONU) durante o Fórum Mundial de Educação (AZEVEDO, 2014). Para evidenciar o quanto ainda é insatisfatório o resultado brasileiro, países sul-americanos como a Argentina, Chile e Uruguai, possuíam, respectivamente, no ano de 2011, taxas de analfabetismo de 2,3%, 1,4% e 1,7%, enquanto a do Brasil foi de 8,58% (PNUD, 2014). O analfabetismo inabilita o indivíduo a acessar serviços básicos e o torna refém daqueles que detêm o conhecimento. Trata-se de uma forma discreta de aprisionamento do homem.

Na Tabela 22 também é apresentado o IDH²⁹ brasileiro e a posição ocupada pelo país entre os países que são avaliados pela ONU. No ano de 2001 o índice era de 0,777 e o Brasil ocupava a posição de número 65. Já em 2012, o índice passou a ser 0,730 e o Brasil passou a ocupar a posição de número 85, 20 posições abaixo que em 2001. Para ter ideia o que esses resultados significam, em 2001, o primeiro colocado neste ranking foi a Noruega, e seu IDH foi de 0,944, em 2012, também em primeiro lugar, a Noruega apresentou um IDH de 0,955. A ONU mensura o valor do IDH de um grande conjunto de países e divulga em seus relatórios de desenvolvimento humano, os quais costumam ser anuais. Nele os países são divididos de maneira geral em três faixas segundo o desenvolvimento humano: países de desenvolvimento humano elevado (que apresentam IDH maior ou igual a 0,800), médio (que apresentam IDH entre 0,500 e 0,799) e baixo (que apresentam IDH menor que 0,500). Conforme se verifica na Tabela 22, o Brasil chegou a estar entre o grupo de países com IDH elevado, mas, voltou a cair para o grupo dos países de IDH médio.

²⁹ Esse índice é calculado a partir de outros 04 indicadores, são eles: expectativa de vida, PIB per capita, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais e taxa de matrícula bruta nos 03 níveis de ensino (fundamental, médio e superior). O índice varia de zero (quando não há qualquer desenvolvimento humano) a um (quando o desenvolvimento humano é pleno).

Tabela 22. Analfabetismo - Percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples, IDH brasileiro e posição do Brasil entre os países avaliados, para o período de 2001-2012

ANO	Percentual de analfabetos	IDH (valor)	Posição do Brasil
2001	12,36	0,777	65
2002	11,86	0,775	72
2003	11,59	0,788	68
2004	11,45	0,792	69
2005	11,13	0,805	70
2006	10,48	0,808	70
2007	10,10	0,813	75
2008	9,97	-	-
2009	9,70	0,813	75
2010*	-	0,699	73
2011	8,58	0,728	85
2012	8,66	0,730	85

Fonte: IPEADATA (2014)

* A partir deste ano ocorreu uma alteração na metodologia de cálculo do IDH.

A partir dos dados apresentados nas tabelas acima fica evidente que o Brasil deve estar atento ao valor de sua dívida que cresce ao longo do tempo, para que o pagamento de juros, encargos e amortizações não comprometa ainda mais recursos que poderiam ser utilizados em áreas como, por exemplo, infraestrutura, saúde, educação e segurança. É preciso também se empenhar mais na melhoria dos indicadores sociais que embora tenham melhorado seus resultados ao longo do período, ainda não estão enquadrados dentro de intervalos considerados ideais, daí a necessidade de buscar acelerar este processo. No tocante ao IDH, verifica-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido para colocá-lo próximo aos países referência em termos de desenvolvimento humano, em especial, os países escandinavos. Questões abordadas por Furtado quando comparadas com os dados apresentados nas tabelas mostram a atualidade de seu pensamento, uma vez que muitas dentre as diferenças são pequenas, ao passo que alguns dados têm sofrido modificação expressiva em relação ao que ele apontara.

A dicotomia desenvolvimento e subdesenvolvimento se manifesta dentro do próprio espaço brasileiro. Para a análise e melhor compreensão destes resultados é preciso atentar às heranças da formação das estruturas econômicas que estão justapostas ao atual contexto de acumulação capitalista global, com seus reflexos para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, dada a dinamicidade e a heterogeneidade de suas estruturas pode ser analisado, do ponto de vista do desenvolvimento, sob diversas perspectivas. Acerca do desenvolvimento, no primeiro capítulo foi verificado como que pode o mesmo pode ser entendido a partir do pensamento das escolas clássica, marxista, neoclássica, kaleckiana, keynesiana e cepalina.

Celso Furtado em sua busca pela compreensão do subdesenvolvimento abordou inúmeras questões (concentração de renda, estrutura agrária, heterogeneidade estrutural, vulnerabilidade externa, industrialização, etc.) que interpretava como diretamente relacionadas ao mesmo, quer como causa, quer como consequência, ou ainda, como um mecanismo de superação. Analisou esta questão sob diversos aspectos, pois, entendia a gravidade da mesma, uma vez que ela implicava a condenação de inúmeras vidas humanas, uma verdadeira hecatombe social. Daí o caráter pragmático de sua teoria, a qual não se limitou a identificar os problemas existentes, mas buscou também, apontar caminhos de superação dos mesmos.

A partir dos dados apresentados no terceiro capítulo fica evidente que o Brasil deve estar atento ao valor de sua dívida que cresce ao longo do tempo, para que o pagamento de juros, encargos e amortizações não comprometa ainda mais recursos que poderiam ser utilizados em áreas como, por exemplo, infraestrutura saúde, educação e segurança. É preciso também se empenhar mais na melhoria dos indicadores sociais que embora tenham melhorado seus resultados ao longo do período, ainda não estão enquadrados dentro de intervalos considerados ideais, daí a necessidade de buscar acelerar este processo. No tocante ao IDH, verifica-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido para colocá-lo próximo aos países referência em termos de desenvolvimento humano, em especial, os países escandinavos. Embora, deva-se reconhecer que os índices, em geral, têm apresentado uma melhora ao longo do tempo, o que se verifica é que o ritmo dessa diminuição ainda é pequena, dada a urgência da situação que condena inúmeras vidas humanas a viverem em estado de grandes privações. O Brasil está caminhando na direção do desenvolvimento, contudo, ainda não o alcançou e nem parece estar na iminência de fazê-lo.

Daí a relevância da contribuição de Celso Furtado para entender o subdesenvolvimento econômico, pois, ainda persistem inúmeros elementos do mesmo na realidade brasileira.

É preciso investigar minuciosamente e com constância a questão do subdesenvolvimento, pois alguns indicadores podem apresentar uma modernização, todavia, uma vez que significativa parcela das massas fique de fora do usufruto das benesses dela decorrente, o desenvolvimento não terá ocorrido, persistindo e se reproduzindo o subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento não é uma condição imutável à qual o Brasil está condenado, ele pode e deve ser superado pelo bem de todos os seus habitantes. Celso Furtado foi um intelectual *a la Sartre*³⁰, pois não só estudou a realidade periférica, em particular a brasileira, mas, apresentou propostas para transformá-la para melhor. É preciso que a situação de marginalização a que muitos estão submetidos inquiete os intelectos dos estudiosos para que juntos consigam pensar meios de melhorias das condições de vida da população e mobilizem a sociedade neste intento.

O desenvolvimento virá quando for assegurada a todos os brasileiros a adequada satisfação de suas necessidades de alimentação, deslocamento, educação, lazer, moradia, saúde e vestuário. A satisfação dessas necessidades já acontece para uma parcela da população brasileira, torna-se preciso universalizá-la.

É fundamental construir junto com a sociedade este projeto nacional de desenvolvimento e pressionar o Estado no sentido de sua execução plena, para efetivamente melhorar as condições de vida de todas as pessoas. Aí sim, as dinâmicas econômicas e sociais não se reproduzirão no sentido da permanência e aprofundamento do subdesenvolvimento, mas, se metamorfosearão em desenvolvimento econômico, realizando o sonho de Furtado, que é preciso que se torne também, o sonho de toda a sociedade!

³⁰ Jean Paul Sartre foi um filósofo francês que defendia que os intelectuais deveriam desempenhar um papel ativo na sociedade, utilizando seu saber como instrumento de melhoria da realidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Reinaldo. Depois de 15 anos, taxa de analfabetismo volta a crescer no Brasil. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/depois-de-15-anos-taxa-de-analfabetismo-volta-a-crescer-no-brasil/>. Acessado em: 05/08/2014

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. Revista CEPAL, número especial em português. P.183-191, 2010.

BRANDAO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Celso Furtado e a teoria econômica". In: FURTADO, Celso. Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

BURCK, Cláudio Roberto Rosa. OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX E A CONTROVÉRSIA SOBRE "O PROBLEMA DA REALIZAÇÃO" NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16037/000685651.pdf?..> Acessado em: 08/12/2014

CAIXA. Disponível em: <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia-Default.aspx?newsID=904>. Acessado em: 08/08/2014

CAMPOS, Silvia Horst. A QUESTÃO DOS DETERMINANTES DOS SALÁRIOS NAS TEORIAS CLÁSSICA, MARXISTA E NEOCLÁSSICA. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1404/1768>. Acessado em: 01/10/2014.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

_____. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201409081611590.Desindustrializa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Subdesenvolvimento_Cano_congresso2014.pdf. Acessado em: 06/11/2014

CARDOSO, F.H. e FALLETO E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CELI, Guilherme Cezeri. RENDA DA TERRA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA CRÍTICA SMITHIANA À TEORIA DOS RENDIMENTOS DECRESCENTES RICARDIANA. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/redesenv/teses/2010/mestrado/15.pdf>. Acessado em: 20/11/2014.

D'AGUIAR, Rosa Freire. (org.). Essencial Celso Furtado. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

FAJNZYLBBER, Fernando. Oligopólio empresas transnacionais y estilos de desarrollo. El Trimestre Económico, México, D.F., n.171, jul./sep/1976.

_____. Intervención, autodeterminación y industrialización em la América Latina. El trimestre Económico, México, D.F., n.197, ene./mar.1983.

FURTADO, Celso. Perspectivas da economia brasileira. Rio de Janeiro, Iseb, 1958.

_____. Um Projeto para o Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. A superação do desenvolvimento. In: Revista Economia e Sociedade, no. 3. Campinas, SP: Instituto de Economia – UNICAMP, pp 37-42, dez/1994.

_____. O capitalismo global. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1998.

_____. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1999.

_____. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

_____. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII - Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo, Hucitec, 2001a.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra, 2001b.

_____. Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Raízes do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. Criatividade e dependência na civilização industrial. São Paulo, Companhia das Letras, 2008a.

_____. Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2008b.

_____. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2008c.

_____. A saga da Sudene (1958-1964). Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009a.

_____. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2009b.

_____. A superação do subdesenvolvimento. In: D'AGUIAR, Rosa Freire. (org.). Essencial Celso Furtado. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2013a.

_____. Entre inconformismo e reformismo. In: D'AGUIAR, Rosa Freire. (org.). Essencial Celso Furtado. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2013b.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. In: D'AGUIAR, Rosa Freire. (org.). Essencial Celso Furtado. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2013c.

GURRIERI, Adolfo. (org.). O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios/Raul Prebisch. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

IBGE. Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=11. Acessado em 27/07/2014a.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404-sintese.shtm>. Acessado em 31/10/2014b.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acessado em 31/07/2014

KALECKI, Michal. Ensaio sobre as Mudanças Cíclicas e a Longo Prazo da Economia Capitalista. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1985.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo, Saraiva, 2012.

LIMA JUNIOR, Francisco do O' de. SUDENE e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000. Disponível em: http://www.ppge.ie.ufu.br/sites/ppge.ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/IE_dissertacao_FranciscodoOdeLimaJunior.pdf. Acessado em: 12/09/2014

MARINI, Ruy Mauro. "Dialética da dependência". São Paulo, 1º edição: Expressão Popular, 2005.

MARSHALL, Alfred. Princípio de economia – tratado introdutório, vol.1. Nova Cultural. São Paulo, 1996.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 2ª edição, São Paulo, Editora Martin Claret, 2008.

MARX, K. O capital. Crítica da economia política. 25 ed., t. I, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

MDIC/SECEX. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>. Acessado em: 10/08/2014,

MENDES, Constantino Cronemberg; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. Desenvolvimento Econômico Brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado, 2004.

MILL, John Stuart. Princípios de Economia Política – Com Algumas de suas Aplicações à Filosofia Social. Vol.II, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.

Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/740.html?execview=>. Acessado em 21/12/2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/ploa2012/110831_ploa2012_vol1.pdf. Acessado em 06/11/2014

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 2.ed. Editora Saga, Rio de Janeiro, 1968

NETO, Vicente Correia Lima; FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE. Cleandro. Estimativas do Déficit Habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadirur05.pdf. Acessado em: 08/08/2014

NURKSE, Ragnar. Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1957.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

PELIANO, José Carlos. Desenvolvimento e desigualdade: onde está o Brasil. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Desenvolvimento-e-desigualdade-onde-esta-o-Brasil-7/30004>. Acessado em: 05/08/2014.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. Reestruturação do setor industrial e transformação do espaço urbano de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990. Disponível em: <http://cchla.ufrn.br/rmnatal/teses/tese1.pdf>. Acessado em 12/09/2014.

PINTO, Anibal. Ni estabilidad, ni desarrollo; la política del Fondo Monetário Internacional. Santiago: Editorial Universitária, 1960.

PORTALBRASIL. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Acessado em: 07/08/2014

PNUD. Disponível em: http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais. Acessado em: 06/08/2014

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. A ortodoxia neoclássica. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000100003&script=sci_arttext. Acessado em: 14/08/2010.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: GURRIERI, Adolfo. (org.). O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios/Raul Prebisch. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2011a.

_____. Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico. In: GURRIERI, Adolfo. (org.). O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios/Raul Prebisch. Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2011b.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.

RÍCUPERO, R. Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil? Le Monde Diplomatique, n. 80; 03/2014.

RODRIGUEZ, O. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico* – um manifesto não comunista (1960). Rio de Janeiro. Zahar Editôres, 1961.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. 5. ed., 1ª. reimpr. - São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SAY, Jean Baptiste. Tratado de economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SERRA, José. *Aníbal Pinto e o desenvolvimento latino-americano*. São Paulo: Folha de São Paulo, 21 de novembro de 1998.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações - Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. Desenvolvimento e igualdade/ Maria da Conceição Tavares; Organizadores: Vanessa Petrelli Corrêa, Monica Simioni – ed. esp. – IPEA, Rio de Janeiro, 2011.

THIRLWALL, Anthony Philip. A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília, Ipea, 2005.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964). São Paulo, Educ, 2007.

WELTERS, Angela. Tecnologia, distribuição de renda e implicações para o crescimento: algumas notas sobre a visão da CEPAL nas décadas de 1970 e 1980. Nova Economia. Belo Horizonte. Maio/Agosto 2004